



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais.
Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

DELIBERAÇÃO N.º 040/2009

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP) deliberou, na sua sessão ordinária de 5 de Junho de 2009, conceder empresa “INGEFEI CABO VERDE – Construção Civil, Lda.”, com sede social na Freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, e registo comercial n.º 1052/05.12.30 - Sal, representada pela Sr.ª Maria do Carmo Brito Fortes dos Santos, residente na Vila dos Espargos - Ilha do Sal, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita nas seguintes especialidades e podendo executar obras até ao valor da classe indicada:

A- OBRAS PÚBLICAS

4ª Categoria (Instalações especiais)

- 2ª Subcategoria (Canalizações, água e esgotos em edifícios, gás, ar comprimido, vácuo e respectivos dispositivos) na classe 4 (250.000 contos)
- 3ª Subcategoria (Ventilação, aquecimento e condicionamento de ar) na classe 4 (250.000 contos)
- 4ª Subcategoria (Instalações de iluminação, sinalização e segurança) na classe 4 (250.000 contos)

B - OBRAS PARTICULARES;

Categoria Única

- 13ª Subcategoria (Canalização em edifícios, de água, esgotos, gás, ar comprimido, vácuo e respectivos dispositivos) na classe 4 (250.000 contos)
- 14ª Subcategoria (Ventilação, aquecimento e condicionamento de ar) na classe 4 (250.000 contos).
- 17ª Subcategoria (Instalação de iluminação, sinalização e segurança) na classe 4 (250.000 contos).

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão dos competentes alvarás.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 5 de Junho de 2009. – A Presidente, *Maria Odete Silva Lima Dias*.

(528)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Inspeção-Geral da Educação

AVISO

Nos termos do artigo 63º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública (EDAAP), é citado o arguido Hady Fabouré Dembele, professor de referência 5, escalão C, colocado na Escola Secundária de Tarrafal, ausente em parte incerta, de que tem um prazo de trinta dias contados do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso, para se defender em processo disciplinar que corre os seus trâmites na Inspeção-Geral da Educação, por presumível abandono de lugar.

Inspeção-Geral da Educação, na Praia, aos 19 de Junho de 2009.
— A Instrutora, *Regina Santos Rocha*.

(529)

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção dos Serviços Administrativos, Financeiros e Patrimoniais

AVISO

Por esta via se pública a lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso de acesso para a categoria de Auditor Principal, publicado na III Série do *Boletim Oficial* nº 14 de 17 de Abril de 2009:

1. Alice Lima Fonseca, auditora, referência 13, escalão B.
2. Luciano da Cruz Fortes, auditor, referência 13, escalão B

Informa-se ainda que a candidata Nádia Cilene Almeida de Pina foi excluída, por não reunir os requisitos legais exigidos.

Direcção dos serviços Administrativos, Financeiros e Patrimoniais, na Praia, aos 26 de Maio de 2009. — Directora dos Serviços, *Rosa Iolanda Fortes*.

(530)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

A NOTÁRIA, SUBSTITUTA: EMILIANA MARIA SILVA BRANCO

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que neste Cartório Notarial, no dia doze de Junho de dois mil e nove, à folhas noventa e oito a noventa e nove verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número cento e treze barra D, foi exarada uma Escritura de Associação, denominada “ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E DE ESTUDANTES INJUSTIÇADOS”, designada abreviadamente APCEI, que se regerá pelas cláusulas constantes da presente escritura e documento complementar elaborado nos termos do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que expressamente declaram conhecer e aceitar pelo que dispensam a sua leitura, e ainda, pelas cláusulas seguintes:

A APCEI tem por objectivo:

- a) Promover, na prática, a solidariedade, para com crianças carentes, desprotegidas e de modo geral injustiçadas;
- b) Acolher, proteger, educar e defender crianças de algum modo injustiçadas;
- c) Defender, junto de quaisquer entes, públicos ou privados, particulares ou colectivos, os direitos e liberdades fundamentais de quaisquer crianças injustiçadas;
- d) Defender, junto de quaisquer entes, públicos ou privados, particulares ou colectivos, os direitos e liberdades fundamentais de estudantes que estejam a passar por alguma injustiça quanto ao exercício ou reconhecimento de tais direitos e liberdades fundamentais, mediante solicitação desses estudantes e após decisão positiva da associação, relativamente a tal solicitação;
- e) Desenvolver acções idóneas e adequadas, para a protecção de quaisquer crianças ou estudantes (ainda que estudantes maiores), desde que efectivamente injustiçadas.

A APCEI obriga-se com a assinatura de pelo menos dois membros da Direcção, sendo uma delas a do presidente.

Conta nº 1778/2008

Primeiro Cartório Notarial da Praia, aos 16 de Junho de 2009. — A Oficial Ajudante, *Dionsia Mafalda Silva Soares*.

(531)

A NOTÁRIA, SUBSTITUTA: EMILIANA MARIA SILVA BRANCO

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que neste Cartório Notarial, no dia doze de Junho de dois mil e nove, à folhas noventa e oito a noventa e nove verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número cento e treze barra D, foi exarada uma escritura de associação, denominada ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TÓXICODEPENDENTES, ALCOÓLATRAS E DOENTES MENTAIS, designada abreviadamente ARCTAD, que se regerá pelas cláusulas constantes da presente escritura e documento complementar elaborado nos termos do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que expressamente declaram conhecer e aceitar pelo que dispensam a sua leitura, e ainda, pelas cláusulas seguintes:

A ARCTAD tem por objectivo:

- a) Promover, na prática, a solidariedade social, para com quaisquer toxicodependentes, alcoólatras, e doentes mentais;
- b) Acolher, proteger, recuperar e conservar tais pacientes, em centros próprios, e conceder-lhes tratamento terapêutico, sério, responsável e adequado;
- c) Defender, junto de quaisquer entes, públicos ou privados, individuais ou colectivos, os mentais, mediante solicitação dos mesmos e após decisão positiva da associação relativamente a tal solicitação;
- d) Publicitar, divulgar e promover métodos adequados de tratamento terapêutico;
- e) Contribuir activamente, dentro das suas possibilidades, para a eliminação dos fenómenos sociais da toxicoddependência e do alcoolismo, bem como contribuir para a erradicação de doenças mentais.

A ARCTAD obriga-se com a assinatura de pelo menos dois membros da Direcção, sendo uma delas a do presidente.

Conta nº 1779/2008

Primeiro Cartório Notarial da Praia, aos 16 de Junho de 2009. — A Oficial Ajudante, *Dionsia Mafalda Silva Soares*.

(532)

Conservatória dos Registos da Região da Praia

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento da nomeação dos novos órgãos Sociais da sociedade anónima denominada “A PROMOTORA – SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SARL, SA”, com sede em Chã de Areia, cidade da Praia, com o capital de 450.000.000\$00, matriculada sob o nº 438/1996/04/30.

Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: Amaro Alexandre da Luz;

Vice-Presidente: David Hopffer Cordeiro Almada;

Secretário: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro;

Conselho de Administração:

Presidente: João Henrique Real Pereira;

Vogais: Fernando Marques Pereira e Aldino dos Reis Sousa;

Duração do mandato: 2008/2012

Fiscal Único:

Efectivo: DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, representada pelo Dr. João Ferreira.

Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(533)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento do relatório de gestão e de prestação de contas de 2008 e delegação de poderes da administradora suplente Helena Maria de Oliveira Delgado da sociedade anónima denominada “SOGEI – Engenharia e Construção, SA”, com sede em cidade da Praia, no Edifício Aguiã, sito em Chã de Areia, com o capital de 100.000.000\$00, matriculada sob o nº 2372/12007/05/11.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**ACTA NÚMERO 1/2009**

Aos dezanove dias do mês de Março do ano dois mil e nove, pelas 10 horas, na Sede da Empresa, sita em Palmarejo na Cidade da Praia, reuniu nos termos e ao abrigo do disposto no artigo cento e sessenta e três e quatrocentos e trinta e sete numero um do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração da SOGEI – Engenharia e Construção, S.A, sociedade comercial anónima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Praia, sob o numero 2372, com o capital social de cem milhões de escudos, estando presentes todos os membros do Conselho de Administração, o Sr. Jorge Daniel Spencer Lima, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, a Sra. Carla Carvalho Spencer Lima, na qualidade de Administradora Executiva, a Sra. Loide Margarete Celestino Monteiro, na qualidade de Administradora não Executiva, e a Sra. Helena Maria de Oliveira Delgado, na qualidade de Administradora suplente, que depois de todos terem sido notificados por escrito nos termos legais, e sob a Presidência do Sr. Jorge Daniel Spencer Lima, foi posta em apreciação e deliberação a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do relatório de gestão e de contas de 2008;
2. Proceder à apreciação geral da Administração da sociedade;
3. Apresentação da Proposta de Aplicação dos Resultados;

4. Apresentação e Aprovação do Orçamento de 2009;

5. Aprovação do Plano Estratégico de Gestão de 2009-2014;

6. Mandatar a Administradora suplente Helena Delgado para assinar contratos em nome da SOGEI-SA;

7. Outros assuntos de interesse da Administração.

Aberta a sessão o Sr. Presidente do Conselho de Administração fez a apresentação da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade sem alterações.

Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos a Sra. Carla Lima, Administradora Executiva do pelouro Financeiro e Administrativo, tomou a palavra e fez a apresentação do relatório de actividades e contas de 2008. Após algumas discussões, esclarecimentos e correcções, o mesmo foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Administração.

Em seguida, o Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Jorge Daniel Spencer Lima pediu a palavra, e resumidamente, fez à apreciação geral da Administração da sociedade. Neste sentido o Presidente fez um ponto da situação referindo-se ao contexto interno e externo, mais precisamente aos investimentos sobre os equipamentos e recursos humanos da SOGEI. Ele salientou o ponto crítico em que se encontra a estratégia comercial ora implementada considerando a actual preparação da empresa para estabelecer parcerias para execução de obras de grande porte e/ou mesmo de forma autónoma. Apesar da política comercial adoptada em 2008 de expansão e de angariação de novos clientes, notamos ainda uma fraca dinâmica neste sentido tendo em conta os cuidados que se impõem num quadro de crise e de instabilidade dos potenciais clientes. Referiu ainda aos custos incorridos em 2008, com destaque para os custos de estrutura, justificado pela produção insuficiente na empresa. No quadro descrito acima, o desafio que se impõe é a dinamização e execução (com prazo cerrados) das obras em carteira de forma a equilibrar e suportar os custos incorridos nos anos anteriores.

Após alguns comentários adicionais feitos pelos restantes membros do Conselho de Administração no sentido de clarificar a situação actual da empresa, o Presidente deu por encerrado este ponto.

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração colocou à consideração dos accionistas a proposta de aplicação dos resultados. Propôs-se que o resultado líquido negativo no valor de 52,144,41 6\$55 cve (cinquenta e dois milhões cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e dezasseis escudos e cinquenta e cinco centavos) do exercício de 2008 seja transferido para resultados transitados a serem coberto nos exercícios seguintes. De seguida, o Sr. Presidente do Conselho de Administração submeteu à aprovação a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade dos presentes, ou seja que o resultado negativo do exercício de 2008, no valor de 52,1 44,416\$55 cve (cinquenta e dois milhões cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e dezasseis escudos e cinquenta e cinco centavos), seja transferido para os resultados transitados a serem cobertos nos exercícios seguintes.

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, o PCA passou a palavra a Sra. Carla de Carvalho Spencer Lima, tendo esta apresentado à consideração dos administradores a aprovação do orçamento para o ano de 2009. Após algumas discussões e revisões, a mesma referiu que se propõe dinamizar as actividades, comerciais, financeiras e de produção da empresa, com o fim de se atingir um resultado líquido positivo, depois dos impostos, no valor de 115.948.167\$00 (cento e quinze milhões, novecentos e oito mil cento e sessenta e sete escudos), tendo em conta as seguintes premissas:

1. Até Dezembro de 2009 atingir uma facturação de 1.196.620\$00 contos (um bilhão cento e noventa e seis milhões e seiscentos e vinte mil escudos);
2. Até Dezembro de 2009, efectuar custos de estrutura e dos serviços de apoio a produção no valor máximo de 125.199.662\$00 (cento e vinte e cinco milhões, deito e noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e dois escudos), com imputação as obras em execução do valor mínimo de 93.927.82900 (noventa e três milhões, novecentos e vinte e sete mil, e oitocentos e vinte e nove escudos).

Os Administradores aprovaram o orçamento de 2009 por unanimidade.

Relativamente ao ponto cinco da ordem de trabalhos, o Plano Estratégico da SOGEI 2009-2013 foi discutido e remetido aos consultores externos para correcção e actualização.

Quanto ao ponto seis, o Presidente do Conselho de Administração, realçou a necessidade de se ter mais uma assinatura que obriga a empresa, dado a ocupação e mobilidade dos Administradores, para efeitos de gestão corrente. Neste sentido, ele apresentou a proposta de inclusão da assinatura da Administradora suplente Helena de Oliveira Delgado, para apoiar na gestão corrente da empresa, nos casos de ausência dos outros Administradores, ou em alguns casos especiais. Não havendo nenhuma objecção por parte dos Administradores, a proposta de inclusão da assinatura da Administradora Helena de Oliveira Delgado foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada e dela lavrada a presente acta que vai ser lida e assinada pelos presentes.

O Presidente: *Jorge Daniel Spencer Lima*

Os Administradores, *Carla de carvalho Spencer Lima – Loide Margarette Celestino Monteiro – Helena Maria de Oliveira Delgado.*

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 3 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos.*

(534)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de divisão, cessão, unificação de quotas da sociedade comercial por quotas denominada “CABO VERDE FASHION GROUP, LDA”, com sede na Rua Saldanha Lobo, Plateau, cidade da Praia, com o capital de 300.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 2663/2007/10/03;

CEDENTE:

Edgardo Canuto.

Estado Civil: casado no regime de separação de bens com Daniela Rosso.

Naturalidade: Biela, Itália.

Residência: Biela, Itália.

QUOTA DIVIDIDA: 150.000\$00.

QUOTA TRANSMITIDA: 120.000\$00.

CESSIONÁRIO: Marcelino da Rosa.

Estado Civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria de Fátima Novais Fernandes.

Naturalidade: São Lourenço, concelho de São Filipe, Ilha do Fogo.

Residência: Guimarães, Portugal.

QUOTAS UNIFICADAS: 150.000\$00+120.000\$00.

QUOTA RESULTANTE 270.000\$00.

TITULAR INSCRITO: Marcelino da Rosa.

Em consequência altera-se o artigo 3º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 3º

CAPITAL: 300.000\$00, integralmente realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas dos sócios na seguinte proporção:

- Marcelino da Rosa; 270.000\$00;

- Edgardo Canuto; 30.000\$00.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos.*

(535)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “AGUEDOCE – Sociedade de Negócios e Investimentos Turísticos, Lda.”.

SEDE: 1. Vila do Porto Inglês - Ilha do Maio.

2.A sociedade poderá abrir delegações, sucursais, filiais e outras formas de representação em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: 1 A sociedade tem por objecto:

a) Construção de aldeamentos turísticos para arrendamento e/ou vendas;

b) Compra, venda, permuta, conservação, adaptação e restauro de imóveis;

c) Promoção, gestão e mediação imobiliária;

d) Representações das sociedades comerciais.

2. A sociedade poderá adquirir livremente participações em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

CAPITAL: 750.000\$00, realizado em dinheiro.

SOCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 250.000\$00.

TITULAR: Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho do Maio.

Residência: Achada Santo António - Cidade da Praia.

QUOTA: 500.000\$00.

TITULAR: Aldina de Fátima Fernandes.

Estado Civil: Solteira, maior.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia.

Residência: Providence, Rhode Island, Estados Unidos da América.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca e Aldina de Fátima Fernandes.

FORMA DE OBRIGAR: Com as assinaturas de quaisquer um dos gerentes ou de um procurador devidamente mandatado.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 15 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos.*

(536)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do objecto social sociedade unipessoal por quotas, denominada “BASALT, Sociedade Unipessoal, Lda.” com sede nesta cidade da Praia, com o capital de 1.500.000\$00, matriculada sob o n.º 2452/2007/09/03 Em consequência altera-se o art. 4º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 4º

A sociedade tem por objecto Industria de construção civil, gestão de imobiliária, gestão de obras, representação comercial e importação de materiais de construção civil. A sociedade pode participar na constituição, administração ou fiscalização de outras empresas.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 15 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos.*

(537)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do art.9º da lei número 25/VI/2003 de 21 de Julho, foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “ADRC – TIRA CHAPÉU – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE TIRA CHAPÉU”, com sede em Tira Chapéu, cidade da Praia, com o património inicial de vinte mil escudos, cujo objectivo principal é a promoção e o fomento de actividades desportivas, recreativas, culturais, cívicas, comunitárias e sociais.

DIRECÇÃO:

Presidente: Manuel Gonçalves Varela
 Vice-Presidente: José Jorge Dias Lopes
 Secretário: Victor Manuel Vaz

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 16 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, Rita de Carvalho Oliveira Ramos.

(538)

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor n 1522 – “IMOPAR – Imobiliária e Participações, S.A.”;
- c) Que foi requerida pelo nº 01 do diário do dia 16 de Janeiro do corrente, por, Luís Miguel Vasconcelos Lopes;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 655/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
Artigo 11º, 2	120\$00
SOMA	270\$00
10% C.G.J.....	27\$00
SOMA TOTAL	297\$00
São: (duzentos e noventa e sete escudos).	

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL – IMOPAR, IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES, SA”.

Outorgantes:

PRIMEIRA: A “ÍMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros – SARL”, matricula comercial no. 297/920109, empresa seguradora sedeada na cidade do Mindelo, NIF 200491377, devidamente representada neste acto, conforme mandato do Conselho de Administração, constante de acta junta, pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Dr. Corsino António Fortes, maior, casado, jurista e diplomata, residente na cidade da Praia e de passagem pela cidade do Mindelo;

SEGUNDA: A ING – Investimentos e Gestão, Lda.”, matricula comercial nº, 2268/2007/01/15, empresa comercial sedeada na cidade da Praia, NIF 253115060, devidamente representada pelo seu bastante procurador, Sr. Paulo Lima, maior, casado, engenheiro informático, residente na cidade da Praia;

TERCEIRO: Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes, maior, economista e administrador Delegado da ÍMPAR, NIF 102406162, natural de N. Sr.ª da Luz, Concelho de S. Vicente, residente na cidade do Mindelo, casado em regime de comunhão de adquiridos, com Sandra Monteiro Neves Vasconcelos Lopes.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente, á celebrado um contrato particular de sociedade comercial sob a modalidade de sociedade anónima de responsabilidade limitada, nos seguintes termos:

ESTATUTOS DA SOCIEDADE

Artigo primeiro

(Denominação)

1. A sociedade adoptará a denominação de “IMOPAR – IMOBILIARIA E PARTICIPAÇÕES, S.A. “.

2. A sociedade rege-se pelos presentes estatutos, pelas normas específicas cuja aplicação decorra do seu objecto e demais legislação geral aplicável.

Artigo segundo

(Sede e outras representações)

1. A sociedade tem a sua sede social na cidade do Mindelo, Concelho de S. Vicente, podendo ser transferida para qualquer outra parte do território nacional, por deliberação da assembleia-geral, cumpridas as formalidades legais pertinentes.

2. Por deliberação do conselho de administração poderão ser criadas ou encerradas, filiais, sucursais, agências, delegações ou escritórios de representação no país ou no estrangeiro, respeitadas as formalidades legais pertinentes.

Artigo terceiro

(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto actividades no ramo de imobiliária e participações noutras empresas.

2. A sociedade pode livremente adquirir participações em qualquer outra sociedade de responsabilidade limitada, ainda que com objecto diferente do seu ou em agrupamento complementar de empresas.

Artigo quarto

(Capital social)

1. O capital social é de oito milhões de escudos, representado por oito mil acções ordinárias, de valor nominal de mil escudos cada uma.

2. O capital social subscrito encontra-se, nesta data, integralmente realizado, por depósito bancário, por todos os accionistas, da seguinte forma:

- a) “ÍMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros – SARL” 4.000.000\$00;
- b) “TNG – Investimentos e Gestão, Lda.” 3.200.000\$00;
- e) Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes; 800.000\$00

3. O Conselho de Administração fica desde já autorizado, sem necessidade de qualquer formalidade legal ou estatutária, a elevar, por uma ou mais vezes, o capital social, até 100.000.000\$00 (cem milhões de escudos).

Artigo quinto

1. O capital social poderá ser representado por acções nominativas, ao portador registadas e ao portador, com o valor facial de mil escudos cada uma, em títulos de uma, dez, cinquenta, cem, quinhentas e mil acções.

2. Os accionistas que pretenderem acções nominativas ou ao portador registadas, farão o competente pedido ao conselho de administração.

Artigo sexto

(Assembleia-Geral)

1. Têm direito de fazer parte da assembleia-geral e aí discutir e votar os accionistas que até oito dias antes da data marcada para a reunião provem a titularidade de pelo menos cem acções.

2. Quando as acções forem nominativas ou ao portador registadas, a prova será feita pelo averbamento no livro de registo da sociedade e, quando as acções forem ao portador, não registadas, essa prova será feita por documento passado pela instituição bancária, atestando que estão depositadas em seu nome.

3 A cada cem acções corresponde um voto.

Artigo sétimo

1. A assembleia-geral reúne ordinariamente até trinta e um do mês de Março de cada ano e extraordinariamente a pedido de um dos órgãos sociais ou accionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

2. Em reunião ordinária, a assembleia geral discutirá e aprovará ou modificará o relatório do conselho de administração, o balanço e as contas do exercício findo com o respectivo parecer do conselho fiscal, deliberará quanto à aplicação de resultados, elegerá, quando for caso disso, os membros da sua mesa e dos órgãos sociais, podendo ainda tratar de quaisquer assuntos de interesse da sociedade desde que sejam expressamente indicados na respectiva convocatória.

3. Em reunião extraordinária a assembleia-geral tratará dos assuntos para que tenha sido convocada e que deverão constar expressamente da convocatória.

Artigo oitavo

A mesa da assembleia-geral será composta por um presidente, um vice-presidente e um ou dois secretários eleitos quadrienalmente por uma ou mais vezes.

Artigo nono

(Conselho de Administração)

A condução superior das actividades e dos negócios sociais será confiada a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos pela assembleia-geral, por um período de quatro anos e reconduzíveis uma ou mais vezes.

Artigo décimo

1. O conselho de administração, poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros certos e determinados poderes e competências de gestão da sociedade.

2. O conselho de administração, dentro dos limites das suas competências, poderá conferir mandato a terceiros com ou sem a faculdade de substabelecimento, para o exercício dos poderes ou tarefas que julgue convenientes atribuir-lhes.

Artigo décimo primeiro

1. A sociedade obriga-se validamente pelas assinaturas de:

- a) Dois membros do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de procurador dentro dos limites dos poderes conferidos.

Artigo décimo segundo

(Conselho Fiscal)

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um conselho fiscal composto de três membros, eleitos por períodos quadrienais, renováveis uma ou mais vezes.

2. A assembleia-geral que realizar a eleição dos órgãos sociais poderá não proceder à eleição do Conselho Fiscal e nomear para as funções que lhe competem, um Fiscal Único.

Artigo décimo terceiro

Disposições finais e transitórias)

O ano social coincide com o ano civil, devendo, pelo menos, ser dado um balanço anual e apurados os resultados em referência a trinta e um Dezembro.

Artigo décimo quarto

A sociedade só se dissolverá e liquidará nos casos previstos na lei ou mediante deliberação tomada em assembleia-geral por maioria representativa de, pelo menos, setenta e cinco por cento do capital social realizado, observados que sejam os condicionalismos aplicáveis.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 10 de Junho de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(539)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1521 – “SOFAPE – Industria e Comercialização de Farinha de Peixe, Limitada”;
- e) Que foi requerida pelo nº 07 do diário do dia 28 de Maio do corrente, por, Odair José F. Pinto;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 653/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00

São: (cento e sessenta e cinco escudos).

ONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS

Outorgantes:

PRIMEIRO: Odair José Ferreira Pinto, solteiro, natural de S. Vicente residente em Vila Nova - S. Vicente, portador Bilhete de Identidade nº 14152 emitido em 0810512009 - S. Vicente - Cabo Verde, NIF 1014155290;

SEGUNDO: António Celestino de Pina Almeida Silva, solteiro, natural de Angola, residente em Bela Vista - S. Vicente, Bilhete de Identidade nº 115434, emitido em 11/01/2005 em S. Vicente - Cabo verde, NIF 111543495.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente é celebrado entre eles um contrato particular de sociedade por quotas nos seguintes termos:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação “SOFAPE – Indústria e Comercialização de Farinha de Peixe, Lda.”.

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de S. Vicente, na zona industrial de Ribeira de Julião, podendo criar estabelecimentos, delegações, agências sucursais ou outras formas de representação em qualquer outro ponto do território nacional.

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a produção e comercialização de farinha de peixe e ração para animais

Artigo 4º

O capital social é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas dos sócios seguintes:

- Odair José Ferreira Pinto, NIF 1014155290, uma quota de 300.000\$00 (trezentos mil escudos); e
- António Celestino de Pina Almeida Silva, NIF 111543495, uma quota de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

Artigo 5º

A sociedade poderá proceder ao aumento do seu capital social, urna ou mais vezes ou por subscrição de novas quotas pelos sócios.

Artigo 6º

A cessão de quotas é livre entre os sócios. Porém a alienação a favor de terceiros depende do prévio consentimento da sociedade a quem se reserve o direito de preferência.

Artigo 7º

Os sócios poderão fazer os suprimentos que a sociedade carecer, nas condições que acordarem em assembleia-geral.

Artigo 8º

1. A gerência e a administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabe ao sócio Odair José Ferreira Pinto que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução.

2. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará a assinatura do gerente Odair José Ferreira Pinto.

Artigo 9º

É expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos ou contratos estranhos a sociedade.

Artigo 10º

A assembleia-geral é convocada por carta registada remetida aos sócios com antecedência de um mês, endereçado aos domicílios que constem dos registos da sociedade.

Artigo 11º

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por acordo dos sócios, procedendo-se à partilha conforme for acordado e for de direito.

Artigo 12º

O ano económico coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 10 de Junho de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(540)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1436 – “BATI BUILD CONSTRUÇÕES, COMERCIALIZAÇÃO DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA, LIMITADA”;
- c) Que foi requerida pelo nº 08 do diário do dia 08 de Maio do corrente, por Eva Caldeira Marques – Advogada;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 641/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00

São: (cento e sessenta e cinco escudos).

Alteração do artigo 4º, do Estatuto da sociedade “BATI BUILD CONSTRUÇÕES, COMERCIALIZAÇÃO DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA, LIMITADA”, matriculada sob o nº 1436.

Artigo 4º

(Capital social)

Aumento do capital social de 600.000\$00 para 5.100.000\$00, aumento de 4.500.000\$00, realizado em dinheiro pelos sócios. Ficando dividido em três quotas iguais no valor de 1.700.000\$00 para cada um dos sócios Daniel Cabanas Sola, Ramon Codinachs Riera e Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco de Novais.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato. Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 8 de Junho de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(541)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1517 – “NANDEZ JR – Actividades Comerciais e Turísticas, Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 06 do diário do dia 08 de Maio do corrente, por, Eva Caldeira Marques;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 648/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
Artigo 11º, 2	30\$00
SOMA	180\$00
10% C.G.J.....	18\$00
SOMA TOTAL	198\$00

São: (cento e noventa e oito escudos).

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS

Eva Sulamita Monteiro Caldeira Marques, Advogada, portadora do Passaporte G076942, NIF 128619520, em representação de:

PRIMEIRO: Humberto Filipe Palma da Silva Nazaré Júnior, NIF 141 356888, casado com Sandra Helena da Graça Nazaré em regime de comunhão de bens adquiridos, natural da Republica de Moçambique, residente em Madeiraizinho, portador do Bilhete Identidade nº 413586 emitido a 13 de Fevereiro de 2008 em São Vicente;

SEGUNDO: Felipe Barbancho Fernandez, divorciado, natural de Barcelona, Espanha, titular do passaporte nº AE 372960 emitido a 6 de Marco de 2006 em Espanha;

TERCEIRO: Francisco Saura Armadas, NIF 158104102, casado com Cármen Lúcia Mazorra Munoz, em regime de separação de bens, natural de Barcelona, Espanha, titular do Passaporte nº AE020174 emitido a 6 de Fevereiro de 2006 em Espanha.

Pelos outorgantes foi celebrado um contrato particular de sociedade comercial por quotas nos seguintes termos:

ESTATUTOS

Artigo 1º

(Denominação)

E constituída uma sociedade comercial por quotas denominada “NANDEZ JR. – Actividades Comerciais e Turísticos, Lda.”.

Artigo 2º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Mindelo, São Vicente, República de Cabo Verde, podendo abrir sucursais e delegações em quaisquer outros pontos do território nacional.

Artigo 3º

(Objecto social)

O objecto social corresponde a actividades comerciais, turísticas, de importação e exportação, hoteleiras e afins.

Artigo 4º

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro no valor do 6.000.000\$00 (seis milhões de escudos), correspondendo a três quotas de igual valor:

Uma quota do capital social correspondendo a 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos) pertencente ao sócio Humberto Filipe Palma da Silva Nazaré Júnior NIF 1413586888, casado com Sandra Helena da Graça Nazaré em regime

de comunhão de bens adquiridos, natural da Republica de Moçambique, residente em Madeiralzinho, portador do Bilhete de Identidade nº 413586 emitido a 13 de Fevereiro de 2008 em São Vicente;

Uma quota do capital social correspondendo a 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos), pertencente ao sócio Felipe Barbancho Fernandez, divorciado, natural de Barcelona, Espanha, titular do Passaporte nº AE372960 emitido a 6 de Marco de 2006 em Espanha; e

Uma quota social correspondendo a 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos) pertencente ao sócio Francisco Saura Armadas, NIF 158104102, casado com Cármen Lúcia Mazorra Munoz, em regime de separação de bens, natural de Barcelona, Espanha, titular do Passaporte nº AE020174 emitido a 6 de Fevereiro de 2006 em Espanha.

Artigo 5º

(Divisão e cessão de quotas)

1. Fica permitida livremente a divisão e a cessão de quotas entre sócios da sociedade e igualmente a favor dos seus descendentes directos.

2. A cessão de quotas a favor de pessoas estranhas à sociedade só poderá ser feita mediante autorização da sociedade, à qual desde já se reserva o direito de preferência, pagando a quota cedida pelo valor apurado no último balanço dado.

Artigo 6º

(Dissolução)

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou por vontade unânime do sócio ou dos sócios, reunidos em assembleia-geral, para o efeito convocado e, na partilha procederão conforme acordarem e for de direito.

Artigo 7º

(Gerência)

1. A administração dos negócios e a sua representação em juízo ou fora dele cabe ao sócio gerente Filipe Nazaré, cuja caução fica dispensada.

2. A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente, desde já autorizada a movimentar as contas bancárias da sociedade nos termos do art. 277º do CEC.

Artigo 8º

(Documentos)

A sociedade não poderá ser obrigada em contratos, fianças, abonações, letras de favor e outros documentos estranhos aos negócios sociais, ficando o gerente pessoalmente responsável pelos prejuízos que daí resultarem para a sociedade.

Artigo 9º

(Assembleia-Geral)

A assembleias-gerais será convocada por carta registada com aviso de recepção, com pelo menos quinze dias de antecedência.

Artigo 10º

(Deliberações)

As deliberações dos futuros sócios da sociedade serão tomadas por maioria absoluta de votos, salvo quando por lei seja exigida maioria qualificada.

Artigo 11º

(Divergências)

O ano económico corresponde ao ano civil.

Artigo 12º

(Lucros)

Os lucros líquidos, depois de deduzido o fundo de reserva legal, no mínimo de dez por cento, serão divididos em partes proporcionais às quotas de cada sócio e creditados nas respectivas contas, não podendo ser levantadas senão após deliberação da assembleia-geral.

Artigo 13º

(Fiscalização)

A fiscalização da sociedade será atribuída a uma entidade revisora de contas escolhida pela assembleia-geral.

Artigo 14º

(Casos omissos)

Os casos omissos serão resolvidos por deliberação dos sócios e demais legislação aplicável em Cabo Verde.

Artigo 15º

(Tribunal Competente)

Para dirimir os litígios é competente o Tribunal Cível da Comarca de S. Vicente.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 29 de Maio de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(542)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Porto Novo

O CONSERVADOR/NOTÁRIO: SILVESTRE DEODATO DA CIRCUNSCRIÇÃO OLIVEIRA

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação que foi alterado o pacto social da sociedade comercial “CONSTRUÇÕES FORTES & FILHOS, LDA”, matriculada sob o número 998/008, nesta Conservatória e Cartório;

Do objecto para:

- Construção civil e obras públicas; Aluguer de máquinas e equipamentos; Fabrico e venda de blocos e inertes; Importação e comercialização de equipamentos e materiais de construção.

Da sede para:

- Zona Industrial de Chã de Itália, Cidade do Porto Novo, Ilha de Santo Antão.

CONTA:

Custas	150\$00
C.R.N. 10%	15\$00
Selo do acto	200\$00
Reembolso	5\$00
Total	370\$00
São (trezentos e setenta escudos)	

Reg. sob o nº 414/2009.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Porto Novo, aos 8 de Junho 2009. – O Conservador/Notário, *Silvestre Deodato da Circunscição Oliveira*.

(543)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Santa Cruz

O CONSERVADORA/NOTÁRIA: YODALIS CHACÓN BATISTA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente e para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9º da Lei 25/IV/2003, de 20 de Julho, que no Cartório Notarial de Santa Cruz e no dia seis de Março de dois mil e nove, foi lavrada a folhas de 38 a 39 do livro de notas para escrituras diversas número 21-A uma escritura pública de constituição de uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANÇA DE ACHADA LAJE”, abreviadamente designada por “A.N.E - Achada Laje”, com sede em Achada Laje, Concelho de São Miguel, o património inicial é de vinte mil escudos, tendo como objectivo: desenvolver acções de solidariedade a favor de pessoas carenciadas e luta contra pobreza; contribuir e participar na protecção do meio ambiente na comunidade; fomentar actividades que visa a ocupação sadia dos tempos livres dos jovens; melhorar comportamento dos jovens na sociedade; desenvolver actividades de ocupação dos tempos as livres dos jovens e menos jovens; promover formações de jovens e não jovens na formação profissional e mais, afim de ajudar-lhes nas suas inserção social; promover o desenvolvimento integrado de Achada Laje, através de elaboração de estudos e projectos que visam a obtenção e melhorias de recursos destinados a agricultura, pecuária, e infra-estruturas úteis á população e que alguma forma protege a saúde pública e o meio ambiente; apostar seriamente na prevenção e combate aos males sociais; na prossecução dos fins a associação propõem-se a: cooperar com as individualidades e autoridades, querem governamentais ou não para o desenvolvimento da formação profissional, protecção e combate as doenças e males sociais; promover intercâmbios com associações congêneres nacionais e internacionais; promover seminários, acções de formações diversas para associações visando a capacitação dos mesmos para prossecução com mestria dos fins da associação; dar uma especial atenção ao Município e ao Estado no que respeita a apoio em projectos e formação profissional, seminários e intercâmbios.

Conta registada sob o nº 2009 – Isenta.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da região de Santa Cruz, aos 6 de Março de 2009. – A Conservadora/Notária, *Yodalis Chacón Batista*.

(544)

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal

O CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta por quatro olhas está conforme o original no qual foi constituída uma sociedade denominada “MARAMAR, LIMITADA”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 1980/2009.

Conta nº 498/2009.

CONTRATO DE SOCIEDADE

Entre Pedro Neves Mota, de nacionalidade portuguesa, portador do passaporte português numero G889666 emitido em 02.03.2004 pelo Governo Civil de Lisboa, portador do NIF 192227644, e Maria dos Passos Rocha Macedo Santos Silva Neves Mota, de nacionalidade portuguesa, portadora do passaporte português numero G889668 emitido em 02.03.2004 pelo Governo Civil de Lisboa, portadora do NIF 150272790, ambos casados pelo regime de separação de bens, ambos residentes em Sal Rei, Boavista, devidamente representados pelo Seu bastante procurador, João Miguel Medina, advogado, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Santa Maria, Sal e portador da cédula profissional numero 167/06, vêm requerer a V. Ex.^a que a seu favor, se registre a constituição de uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo 1º

(Denominação)

A Sociedade adopta o nome de “MARAMAR, LDA”.

Artigo 2º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Santa Maria, Sal, podendo criar filiais ou outras formas de representação em qualquer outro ponto do país.

Artigo 3º

(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto o exercício de actividades turísticas em geral.

2. A sociedade dedica-se também ao exercício de actividade de restauração, hotelaria, venda e comercialização de artigos e bens de turismo e actividades de lazer.

Artigo 5º

(Capital social)

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos) e encontra-se integralmente realizado em dinheiro, correspondendo à soma da quota dos seguintes sócios:

- Pedro Neves Mota – uma quota equivalente a 76% do capital social, no valor de 152.000\$00 (cento e cinquenta e dois mil escudos); e
- Maria dos Passos Rocha Macedo Santos Silva Neves Mota – uma quota equivalente a 24% do capital social, no valor de 48.000\$00 (quarenta e oito mil escudos).

Artigo 6º

(Aumento de capital)

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes por simples deliberação dos sócios.

Artigo 7º

(Proporção do aumento de capital)

Em futuros aumentos de capital é reservado aos sócios o direito de manterem as proporções de capital que tiverem à data em que for deliberado o aumento.

Artigo 8º

(Gerência)

O desempenho das funções de gerência, cabem ao sócio Pedro Neves Mota, que será desde já responsável pela prática de actos de gestão corrente da sociedade.

Artigo 9º

(Poderes da gerência)

1. Ao gerente são conferidos os mais amplos poderes de gerência e representação da sociedade em Juízo e fora dele, sem qualquer limitação à excepção das impostas pela lei.

2. Os amplos poderes de gerência compreendem, entre outros:

- a) Praticar todos os actos de administração ordinária tendentes à realização do objecto social;
- b) Apresentar o plano de actividades anual, nomeadamente, o programa de investimentos de gestão provisional ao conselho de gerência e dirigir as operações da sociedade com base nesse plano;
- c) Recrutar, contratar, gerir e exercer autoridade disciplinar sobre o pessoal da sociedade;
- d) Comprar e vender bens móveis e imóveis.

Artigo 10º

(Vinculação da Sociedade)

A sociedade obriga-se, nos seus actos e contratos pela assinatura do Gerente ou pela assinatura de procurador devidamente mandatado para o efeito.

Artigo 11º

(Restrições)

É interdito obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos e contratos estranhos aos interesses da sociedade.

Artigo 12º

(Assembleia-Geral)

As reuniões da assembleia-geral serão convocadas pela gerência, por cartas registadas com aviso de recepção ou remetidas com protocolo a todos os sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

Artigo 13º

(Ano social)

O ano social corresponde ao ano civil.

Artigo 14º

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos por decisão unânime de todos os sócios ou nos termos da lei em vigor.

Artigo 15º

(Direito subsidiário)

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato, deverá seguir o disposto no Código das Empresas Comerciais de Cabo Verde, bem como os litígios entre os sócios, emergentes do pacto social serem resolvidos nos termos da lei Cabo-verdiana.

Artigo 16º

(Autorização)

Fica desde já autorizado o Gerente, nos termos da alínea b) do nº 2 artigo 277º do Código das Empresas Comerciais, a proceder ao levantamento do capital social depositado, logo após a assinatura do presente contrato, a fim de custear as despesas de constituição, da sede social, dos registo e demais encargos inerentes ao fim social.

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal, aos 21 de Abril de 2009. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(545)

O CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta por uma folha, está conforme o original da alteração total do estatuto referente à sociedade denominada “ALIZÉE – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS E COMERCIO GERAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o nº 274/99.06.07.

Conta nº 688/2009.

CONTRATO DE SOCIEDADE

Olivier Claude Marie Constant Dechenaud, maior, divorciado, titular do passaporte francês 2002/0040, emitido a 28 de Novembro de 2002, pela Embaixada de França em Cabo Verde;

Que, em consequência da cessão e unificação da quotas da sociedade “ALIZÉE, EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS E COMERCIO GERAL, LDA”, com capital social de 5.000.000.00 (cinco milhões de escudos), matriculada na Conservatória da Região do Sal, sob o número o nº 274/2004, com sede em Santa Maria, Sal, com o NIF 50297295, adopta um novo contrato social de uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes e da lei.

Artigo 1º

A sociedade adopta a firma: “ALIZÉE, EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS E COMERCIO GERAL, LDA Sociedade Unipessoal, Limitada” e tem a sua sede em Santa Maria, ilha do Sal, Cabo Verde.

Artigo 2º

A sociedade tem como objecto: exploração de empreendimentos turísticos e hoteleiros e comércio geral, agência de viagens e tudo o que concerne a actividade turística ligada ou conexa ao objecto do presente estatuto.

Artigo 3º

O capital social é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos) correspondente a uma quota de igual valor nominal pertencente ao sócio único e encontra-se integralmente realizado.

Artigo 4º

1. A gerência com ou sem remuneração fica ao cargo do sócio único Olivier Claude Marie Constant Dechenaud.

2. Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente.

Artigo 5º

Ficam autorizados a celebração de negócios entre a sociedade e o sócio único, desde que sirvam a prossecução do objecto daquela.

Artigo 6º

O encerramento do exercício anual coincidente com o ano civil.

Artigo 7º

Em tudo quanto este pacto da sociedade por quotas unipessoal não dispôr são directamente aplicáveis as normas do Código das Empresas Comerciais.

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal, aos 26 de Maio de 2009. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(546)

O CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta por quatro folhas está conforme o original no qual foi constituída uma sociedade denominada “DJE & D – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E LAZER, LDA” matriculada nesta Conservatória sob o nº 1989/2009.

Conta nº 627/2009.

CONTRATO DE SOCIEDADE “DJE & D – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E LAZER, LDA”

PRIMEIRO OUTORGANTE: Duncan Donal Gillies, casado com Karen Gillies no regime de comunhão de adquiridos, natural da Austrália, residente em Santa Maria, Ilha do Sal, Cabo Verde, portador do passaporte nº E3038615, emitido em 16 de Maio de 2007, por London Authorities; e

SEGUNDO OUTORGANTE: José Carlos Almeida Soares, solteiro, natural do Sal, residente na Vila de Santa Maria, ilha do Sal, portador do Bilhete de Identidade nº 32342, emitido em 30 de Outubro de 2008.

Constituem uma sociedade por quotas denominada “DJE & D – HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E LAZER, LDA” que se regerá pelos seguintes estatutos:

CAPITULO I

Denominação, duração, sede e objecto

Artigo Primeiro

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a firma “DJE & D – RESTAURAÇÃO E LAZER, LDA” e durará por tempo indeterminado.

Artigo Segundo

1. A sociedade tem a sede em Nossa Senhora das Dores, Santa Maria, Ilha do Sal.

2. A sede social poderá ser transferida, por deliberação da gerência, para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3. A sociedade poderá, mediante deliberação da assembleia-geral, constituir, transferir ou extinguir estabelecimentos, sucursais, agências, filiais, delegações ou outras formas de representação, onde for conveniente, no território nacional ou estrangeiro.

Artigo Terceiro

1. A sociedade tem como objecto social a gestão, exploração, promoção, investimento e aquisição de empreendimentos turísticos ou de outros meios de alojamento, bem como e restauração, nomeadamente restaurantes, bares e discotecas, gestão e exploração de espaços públicos de lazer e recreação, como piscinas públicas, campos de futebol parques de skate, aluguer de veículos ligeiros, realização de excursões turísticas, bem como importação e comercialização de mercadorias.

2. A sociedade poderá estabelecer convenções especiais com outras sociedades congêneres, assumir a sua representação e exercer a sua direcção.

3. A sociedade poderá subscrever, adquirir ou alienar participações no capital de quaisquer outras sociedades bem como participar em agrupamentos complementares de empresas ou sociedades reguladas por leis especiais.

CAPITULO II

Capital Social

Artigo Quarto

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos) estando integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelos sócios.

2. O capital social pode, porém, vir a ser aumentado por uma ou mais vezes, conforme deliberação da assembleia-geral.

3. O capital social encontra-se dividido em duas quotas:

- Uma no valor nominal de 100.000\$00 (cem mil escudos) pertencente ao sócio Duncan Donald Gillies;
- Uma no valor nominal de 100.000\$00 (cem mil escudos) pertencente ao sócio José Carlos Almeida Soares.

Artigo Quinto

Os sócios podem efectuar prestações acessórias, a título gratuito ou oneroso, no montante, prazo e demais condições que vierem a ser aprovados em assembleia-geral, até ao montante máximo igual a dez vezes o capital social.

CAPITULO III

Órgãos Sociais

Secção I

Assembleia-geral

Artigo Sexto

1. A assembleia-geral será constituída pelos sócios.

2. As assembleias-gerais são convocadas através de carta registada dirigidas aos sócios expedida com a antecedência mínima de 30 dias.

Secção II

Gerência

Artigo Sétimo

1. A sociedade é administrada e representada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pela gerência.

2. A gerência é composta por dois gerentes.

3. A gerência pode nomear um procurador, nos termos do artigo 323º do Código das Empresas Comerciais e delegar no mesmo a generalidade dos poderes de gestão corrente da sociedade, definindo em acta os limites e as condições de tal delegação.

4. Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e/ou contratos é necessária uma das assinaturas de um dos gerentes ou de um mandatário, expressamente designado para o efeito pela assembleia-geral.

5. Ficam desde já nomeados os seguintes gerentes: Duncan Donald Gillies, natural da Austrália, dispensado de prestar caução, que não auferirá qualquer remuneração pelo exercício do cargo; e José Carlos Almeida Soares, natural do Sal, dispensado de prestar caução, que não auferirá qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

CAPITULO IV

Ano social e resultados

Artigo Oitavo

1. O ano social coincide com o ano civil.

2. Os resultados constantes do balanço anual terão a aplicação que a assembleia-geral deliberar, deduzidas as reservas legais.

3. A assembleia-geral poderá constituir as reservas livres que entender convenientes.

Artigo Nono

1. A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos na lei e quando deliberado pela assembleia-geral.

2. A assembleia-geral que delibere a dissolução da sociedade determinará o prazo da sua liquidação e nomeará os respectivos liquidatários.

CAPITULO V

Disposições finais transitórias

Artigo Décimo

Sem prejuízo do disposto no Código das Empresas Comerciais, consideram-se adquiridos e ratificados pela sociedade, os direitos e obrigações emergentes de todos os negócios jurídicos em seu nome celebrados pelos sócios, ficando desde já nomeado os gerentes Duncan Donan Gillies e José Carlos Almeida Soares para, nos termos da alínea b), nº 2, do artigo 277º do Código das Empresas Comerciais, proceder ao levantamento do capital social depositado em entidade bancária logo após a assinatura do presente contrato, a fim de custear as despesas de constituição, instalação da sede social, dos registos e demais encargos inerentes ao fim social.

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal, aos 19 de Maio de 2009. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(547)



DRYWALL – CONSTRUCTION IMOBILIÁRIA, LDA

Assembleia-Geral

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais, são convocados os sócios da “DRYWALL – CONSTRUCTION LDA”, para se reunirem em Assembleia Geral, que terá lugar na sede da sociedade no dia 30 de Junho de 2009 pelas 10:00h, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Aumento do capital social;
- 2 - Diversos.

Assembleia-Geral da Sociedade “DRYWALL – Construction Imobiliária, Lda.”, na Vila de Santa Maria, aos 29 de Maio de 2009. – O Presidente, *Ilegível*.

(548)

CONTAS E BALANCETES

BANCO INTERATLÂNTICO

Conselho de Administração
ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-geral

Presidente: David Hopffer Almada
Secretário: Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes
Secretário: Jorge Fernando Gonçalves Alves

Conselho de Administração

Presidente: Fernando Marques Pereira
Vice-Presidente: Teófilo Figueiredo A. Silva
Vogal: António Carlos Moreira Semedo
Vogal: Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal: Luís de Carvalho Machado

Comissão Executiva

Presidente: Fernando Marques Pereira
Vogal: António Carlos Moreira Semedo
Vogal: Manuel Fernando Monteiro Pinto

Conselho Fiscal

Presidente: João Manuel Barata da Silva
Vogais: João Higinio Rosário Silva
Vogais: José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente: José Carlos Vitória Soulé
Vogal Suplente: Vitor Lilaia da Silva

ACCIONISTAS

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2008, era a seguinte:

BANCO INTERATLÂNTICO LISTA DE ACCIONISTAS			
Nome do Accionista	Nº Acções	CVE	% de Capital
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	42.000	420.000.000,00	70,00%
EMPREITELA FIGUEIREDO, SARL	6.145	61.450.000,00	10,24%
OUTROS	11.855	118.550.000,00	19,76%
TOTAL	60.000	600.000.000,00	100,00%

REDE COMERCIAL E DIRECÇÃO

Area	Responsável
Direcção Comercial (DCM)	José Mendes <i>Director</i>
Gabinete de Empresas (GEM)	Ângela Lopes <i>Coordenadora</i>
Gabinete de Particulares (GAP)	Paula Vaz <i>Coordenadora</i>
Agência Sede	Maria Antonina Martins <i>Gerente Coordenadora</i> Iris Silva <i>Sub-Gerente</i>
Agência ASA - Largo Europa	Maria Antonina Martins <i>Gerente Coordenadora</i> Dulcelinda Baptista <i>Sub-Gerente</i>
Agência Plateau	Maria Antonina Martins <i>Gerente Coordenadora</i> Ludmila Ribeiro <i>Sub-Gerente</i>

Agência São Vicente	Gracinda Nascimento <i>Gerente</i> Leontino Neves <i>Sub-Gerente</i>
Agência Espargos	Albertina Fortes <i>Gerente</i>
Agência Santa Maria	Carla Brito <i>Gerente</i>
Agência Boa Vista	Maria Pinto <i>Gerente</i>
Direcção Suporte Operacional (DSO)	Ana Cruz <i>Directora</i>
Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)	Paulo Monteiro <i>Coordenador</i>
Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)	Deisy Bernardino
Gabinete de Gestão de Risco (GGR)	(a designar)
Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)	Maria Idalsisa Martins <i>Coordenadora</i>
Gabinete de Marketing (GMK)	Ana Cristina Rodrigues <i>Coordenadora</i>
Gabinete de Suporte a Função Compliance (GFC)	Sofia Mota <i>Responsável</i>
Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	Carlos Gonçalves <i>Coordenador</i>
Gabinete de Recursos Humanos (GRH)	(a designar)
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	Micas Prazeres
Gabinete de Apoio Logístico (GAL)	José Vieira

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores em 31 de Dezembro	Mil CVE		
	2007	2008	%
INDICADORES DO BALANÇO			
Activo Líquido	13.222.827	15.283.612	15,59%
Créditos S/Cientes	5.463.593	8.026.193	46,90%
Depósitos de Clientes	9.126.025	11.560.472	26,68%
Fundos Próprios	914.238	1.045.718	14,38%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO			
Produto Bancário	689.267	823.341	19,45%
Cash Flow de Exploração	385.684	441.837	14,56%
Cash Flow Total	389.078	468.047	20,30%
Resultado Antes de Impostos	214.218	263.253	22,89%
Resultado Líquido	166.987	212.480	27,24%
OUTROS INDICADORES			
Rentabilidade			
Resultado Líquido / Activo	1,26%	1,39%	10,09%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	18,27%	20,32%	11,25%
Solvabilidade e indicadores prudenciais			
Capitais Próprios / Activos	6,91%	6,84%	-1,04%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos) Líquido	59,87%	69,43%	15,97%
Rácio de Solvabilidade (critério BCV)	10,00%	13,00%	3,00%
Qualidade dos Activos			
Créditos Vencido / Crédito Total	10,83%	8,27%	-23,63%
Provisões Crédito Vencido / Crédito Total	6,15%	5,51%	-10,41%
Provisões Crédito Vencido / Crédito Vencido	56,74%	66,56%	17,31%
Produtividade e Eficiência			
Margem Complementar/Produto Bancário	34,51%	36,07%	4,52%
Gastos Funcionamento/Produto Bancário	52,45%	54,88%	4,62%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	191.969	238.862	24,43%
Nº de Empregados	76	82	7,89%
Nº de Agências	6	7	16,67%
Empregado por Agência	13	12	-7,52%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	1.151.812	1.672.032	45,17%

Mensagem do Presidente

Este Conselho de Administração do Banco Interatlântico iniciou o seu mandato em 18 de Setembro de 2008.

Assim, embora seja da sua competência e responsabilidade a apresentação das contas do Exercício de 2008, importa referir que foram também protagonistas na condução do Banco nesse ano os membros do anterior Conselho, dos quais apenas o Sr. Eng.º Teófilo Figueiredo, Vice-Presidente, e o Dr. Manuel Fernando Monteiro Pinto integram o actual Conselho de Administração. O mérito dos bons resultados deve, pois, ser partilhado entre as duas equipas que geriram o Banco em 2008.

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica. Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente.

A nível interno, as informações mais recentes da conjuntura económica, disponíveis até ao 3º trimestre do ano, sugerem também um menor ritmo de crescimento da actividade económica, para 2008, que resulta em parte de um crescimento mais moderado do investimento privado.

Apesar das condicionantes macro-económicas, o nosso Banco encerrou o exercício de 2008 com um resultado líquido de 212.480 contos, o que representa um crescimento de 27% face ao ano transacto.

A contribuir para o resultado esteve o assinalável crescimento da actividade, com um crescimento do crédito em 47% e dos recursos de clientes em 14%, a que devemos ainda adicionar os 500.000 contos captados através da emissão de obrigações subordinadas.

Embora ainda não se disponha de dados definitivos relativos ao sistema bancário, estamos convictos que o BI se manteve como terceiro Banco do sistema, com um ganho de quota de mercado quer no crédito quer nos depósitos.

A margem financeira cresceu 17% e a margem complementar 25%, com um crescimento das comissões de 20%. O crescimento dos juros pagos em 35% e dos recebidos em 23%, reflecte algum agravamento das condições de concorrência e o agravamento das condições de taxa de juro na parte final do ano.

Efectivamente, o Banco Central (Banco de Cabo Verde) manteve uma política centrada na estabilidade dos preços e reforço das políticas de atractividade para continuação de captação de reservas, através do diferencial de taxas de juro entre a economia cabo-verdiana e o euro, tendo realizado subidas das taxas de juro em Julho (0,25%), Setembro (0,5%) e em Outubro (0,5%).

Os custos subiram 25% face ao período homólogo, em consequência do alargamento da rede comercial e do aumento dos preços, nomeadamente o dos combustíveis, que tiveram naturais consequências no aumento dos custos.

De realçar, no entanto, que houve uma melhoria de cobertura dos custos gerais pela margem complementar que passou de 35 para 36%.

A emissão de obrigações subordinadas (4,5 milhões de euros) realizada a meio de 2008, a primeira em Cabo Verde por subscrição pública, reforçou os fundos próprios do Banco e reduziu a necessidade de captação de recursos noutras Instituições de Crédito, colocando o rácio de solvabilidade no final do ano em 13%.

Tal como aconteceu em 2007, e no sentido de acompanhar melhor os seus clientes, nomeadamente os do segmento empresarial, o BI reforçou em 2008 a sua rede comercial através de abertura de uma nova agência na Ilha que revela um maior crescimento, a Ilha da Boavista, fixando o número de agências em sete.

Por último, realço os indicadores de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 20,32% e de rentabilidade do activo (ROA), 1,39%, que registaram acréscimos face a 2007 e colocam o nosso Banco com indicadores muito favoráveis mesmo em termos internacionais.

Podemos assim afirmar que em 2008 se continuaram a dar os passos necessários para se continuar a reforçar as capacidades do Banco Interatlântico e do seu valor para os accionistas, colaboradores, clientes e para o próprio mercado.

2009 vai ser um ano difícil para a actividade bancária, não só pelas condicionantes impostas por uma economia mundial com crescimento negativo ou nulo, mas também pelo aumento da concorrência no mercado interno e das condições mais gravosas de exercício da actividade em consequência do recente aumento das reservas de caixa e introdução do imposto de selo nas actividades financeiras.

Estou convicto, no entanto, que com o esforço e dedicação deste grande grupo que é o Banco Interatlântico, sairemos reforçados em 2009 que será o ano da estabilização da nova estrutura orgânica, crescimento da rede comercial e reforço do posicionamento nos segmentos já hoje relevantes para o nosso Banco.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1.- Economia Internacional

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica.

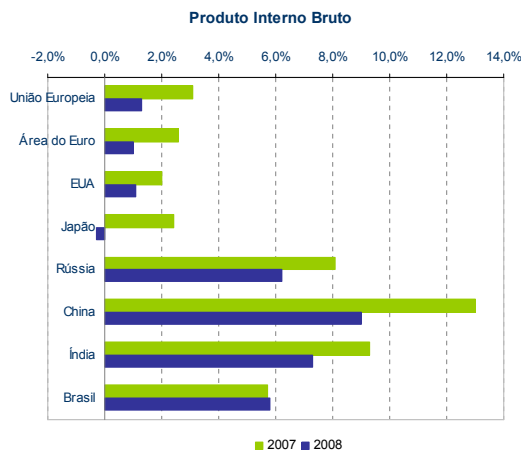
Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia	3,1	1,3	2,4	3,7	7,1	7,0
Área do Euro	2,6	1,0	2,1	3,3	7,5	7,5
Alemanha	2,5	1,3	2,3	2,8	8,4	7,1
França	2,2	0,8	1,6	3,2	8,3	7,8
Reino Unido	3,0	0,7	2,3	3,4	5,3	5,7
Espanha	3,7	1,2	2,8	4,1	8,3	11,3
Itália	1,5	-0,6	2,0	3,5	6,1	6,7
EUA	2,0	1,1	2,6	3,4		
Japão	2,4	-0,3	-0,4	0,6		
Rússia	8,1	6,2				
China	13,0	9,0				
Índia	9,3	7,3				
Brasil	5,7	5,8				

FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2009

Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente. Embora em desaceleração, as economias emergentes deverão ter continuado a ser as principais dinamizadoras do crescimento mundial, com uma progressão estimada de 6,3% em 2008. Merece destaque a performance da China e da Índia, que deverão ter registado taxas de crescimento de 9,0% e 7,3%, respectivamente.

Em sentido inverso, as economias mais avançadas deverão ter tido um abrandamento significativo das taxas de crescimento, sendo inclusivamente expectável um decréscimo do produto no Japão na ordem dos 0,3% em 2008.



Durante o primeiro semestre, os sinais de desaceleração económica foram-se tornando cada vez mais evidentes, sobretudo nos EUA, enquanto na Europa se mantinha ainda como principal preocupação a subida da inflação. Esta situação explica a diferença de actuação entre a Reserva Federal e o BCE: até Abril o FED cortou as suas taxas de juro em 225 p.b., enquanto que o BCE ainda subiu em Julho a sua taxa directora em 25 p.b.

No segundo semestre, a deterioração do balanço das instituições financeiras, com anúncios sucessivos de perdas elevadas, acentuou a turbulência nos mercados.

A incerteza e o aumento do risco de contraparte atingiram uma dimensão que levou à quase paralisia dos mercados monetários interbancários e de dívida privada, obrigando os Bancos Centrais à tomada de medidas excepcionais, que passaram pela criação de novas linhas de financiamento, pelo alargamento do leque de instituições e colaterais elegíveis e pela flexibilização de regras contabilísticas.

O aperto das condições de financiamento no sistema financeiro culminou em Setembro com a declaração de falência da Lehman Brothers e as notícias de situações preocupantes noutras grandes instituições americanas e europeias, que obrigaram a uma acção concertada por parte das autoridades monetárias e governamentais de diversos países, no sentido de restabelecerem o normal funcionamento dos mercados e evitarem situações de risco sistémico.

Neste âmbito, destacaram-se a concessão de garantias para emissões de dívida e a entrada no capital de instituições financeiras por parte dos governos, situação que nalguns casos atingiu mesmo a nacionalização.

Neste enquadramento, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a sucessivas descidas das taxas de referência, bem como a injeções de liquidez.

A 8 de Outubro de 2008, numa iniciativa inédita, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra procederam a um corte nas taxas de referência em 50 p.b.. Estas instituições procederam posteriormente a novas descidas, tendo a taxa directora no final do ano sido fixada em 2,5% na Zona Euro e num patamar entre zero e 0,25% nos EUA.

Finalmente, em consequência da diminuição da procura a nível mundial, os preços dos combustíveis e das *commodities* têm vindo a diminuir consideravelmente, tendo o petróleo passado de uns historicamente elevados 147 dólares, em Julho, para patamares abaixo de 40 dólares durante Dezembro de 2008.

Para fazer face a esta situação, a OPEP procedeu a diversos cortes de produção desde Setembro, tendo deliberado a 17 de Dezembro realizar uma nova intervenção, consubstanciada na redução da produção em 9%. No entanto, este corte não se revelou suficiente para inverter a tendência descendente do preço desta matéria-prima, cujo preço se fixou em 40 dólares a 31 de Dezembro de 2008.

Em consequência da desaceleração da actividade económica, com reflexo na capacidade das empresas manterem o seu nível de liquidez e solvência, o mercado accionista acumulou perdas avultadas em 2008, tendo certos índices regressado a valores de 2003.

1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

1.2.1.- Evolução Global

A nível interno, as informações mais recentes da conjuntura económica, disponíveis até ao 3º trimestre do ano, sugerem um menor ritmo de crescimento da actividade económica, para 2008, que resulta em parte de um crescimento mais moderado do investimento privado, com a diminuição no ritmo de realização da construção ligada sobretudo à imobiliária turística, por um menor fluxo de entradas ligadas ao IDE e investimentos realizados pelos emigrantes, sectores esses ressentindo-se naturalmente do impacto da crise financeira internacional. O investimento público nas infra-estruturas continua a ser um importante motor do crescimento económico, com uma taxa de realização superior a 80%.

No período terminado em Setembro regista-se uma evolução positiva das contas externas, com uma redução do desequilíbrio externo do país. O défice da conta corrente apresenta um decréscimo de 17%, fruto da melhoria verificada no défice da balança de bens e serviços.

No que concerne à gestão orçamental importa destacar o aumento da arrecadação das receitas na ordem dos 3%, explicada pelo aumento das receitas fiscais em 13,1% e não fiscais em 25,2%. As despesas seguiram a mesma tendência com aumentos que ascenderam aos 13,2%.

Apesar da moderação no ritmo de crescimento económico, regista-se que no período em análise o crédito à economia apresenta uma evolução positiva, cerca de 30% em termos homólogos, reflectindo particularmente o comportamento da componente crédito ao sector privado, o que evidencia a continuação de algum dinamismo na actividade económica.

Analisando a evolução da actividade económica na óptica da procura, as informações quantitativas relativas ao consumo sugerem um crescimento deste agregado, com as importações totais de bens de consumo a aumentarem no período de três meses terminados em Setembro em 23,9% em termos homólogos (face aos 13,1% em Dezembro de 2007) e as vendas no comércio a retalho a registarem uma tendência de aumento, com o seu índice a atingir uma variação de 0,4% (contra uma variação nula no trimestre homólogo).

No que se refere ao Investimento até Setembro os indicadores de curto prazo disponíveis apresentam um comportamento misto, contudo sugerindo alguma retoma no ritmo de crescimento da actividade económica, dado o aumento das importações bens de construção, equipamentos e materiais de transporte. No entanto, os operadores do sector continuam a manifestar pouca confiança, indicando mesmo um decréscimo na carteira de encomendas nos subsectores da construção de habitação, edifícios não residenciais e obras públicas.



1.2.2. - Política Monetária

Garantir o valor da moeda através do objectivo da estabilidade de preços continua a ser a prioridade do Banco de Cabo Verde num contexto em que se pretende consolidar o ritmo de crescimento económico a prazo e zelar pela estabilidade cambial, principal suporte da confiança na moeda nacional.

Visando o aperfeiçoamento do seu quadro operacional de política monetária, o Banco de Cabo Verde alterou as suas taxas directoras no primeiro trimestre de 2008. A fixação das taxas de facilidades permanentes de liquidez passou a estar indexada à taxa dos Títulos de Regulação Monetária (TRM), a taxa directora do BCV. A necessidade de garantir o equilíbrio da balança de pagamentos, o controle das pressões inflacionistas e o ajustamento da economia cabo-verdiana ao contexto financeiro desfavorável, levou o Banco Central a aumentar a taxa dos TRM em 25 pontos base em Junho e 50 pontos base em Setembro e Outubro de 2008, fixando-se actualmente nos 5,25%.

1.2.3. -Sector Financeiro

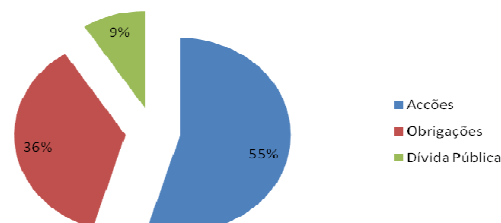
Cabo Verde dispõe hoje de cinco Bancos "on-shore" e mais uma dezena de instituições financeiras a operar na zona "off-shore".

Com base na apreciação do Banco de Cabo Verde, o sector bancário registou uma evolução positiva. Durante o 1º semestre do ano, para o conjunto das instituições do sistema, os indicadores de rentabilidade, de liquidez, de qualidade do crédito e de eficiência apresentaram, globalmente, uma excelente performance. O indicador de solvabilidade situou-se, à semelhança dos períodos anteriores, em nível superior ao mínimo requerido (10,3%), o que indicia segurança e estabilidade no sistema financeiro, o que foi confirmado pelo FMI durante a sua visita de avaliação.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde manteve uma evolução favorável embora ainda tenha uma dimensão reduzida. Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista temos cotadas doze Obrigações do Tesouro e oito Obrigações de empresas, sendo três emitidas pela Electra, três emitidas pela Tecnil, uma emitida pela ASA e a última pelo Banco Interatlântico.

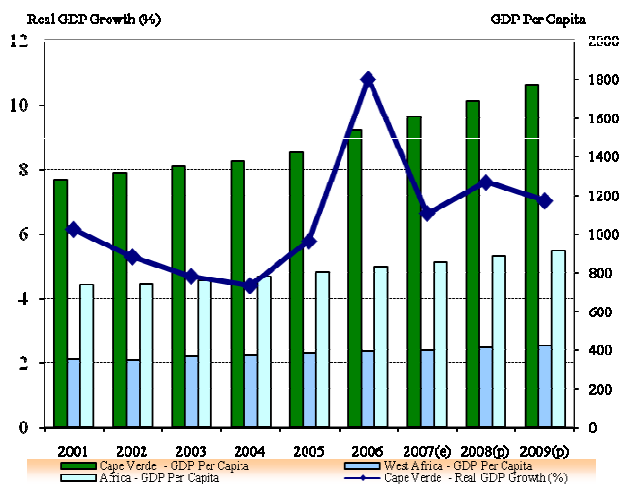
Durante o ano de 2008 foram realizadas três operações de mercado primário, sendo a primeira a de emissão de obrigações subordinadas do Banco Interatlântico.

A capitalização bolsista global atingiu os 18.210 milhões de CVE, distribuídos da seguinte forma:



1.2.4. -Perspectivas para 2009

As perspectivas para a economia cabo-verdiana apontam para a manutenção de um ritmo relativamente moderado de crescimento da actividade económica em 2008 e 2009. Num contexto de deterioração do enquadramento económico e financeiro internacional, com reflexos a nível interno e com base na informação mais recente, a estimativa de crescimento para 2009 divulgada pelo Banco de Cabo Verde sofreu uma revisão em baixa tendo o intervalo de previsão da projecção do crescimento sido estabelecido em [5,5% - 6,5%].



De realçar que Cabo Verde, de acordo com as estimativas, continuará a registar, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, um desempenho melhor que a média dos países africanos, em especial da África Ocidental.

Relativamente à taxa de inflação, a projecção do Banco de Cabo Verde aponta para uma melhoria da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), a verificar-se a partir do segundo trimestre de 2009, a qual deverá situar-se até ao final do ano, num intervalo de previsão de [4% - 5%].

Indicadores Económicos		
	2008	2009
	Estimativas	Projeções
	(em %)	
Sector Real		
PIB Real	[6,0 - 7,0]	[5,5 - 6,5]
Índice de Preços no Consumidor 1	[6,0 - 7,0]	[4,0 - 5,0]
Sector Monetário		
M2	10,0	10,0
Crédito Interno	15,4	14,7
Crédito Líquido ao SPA	-9,8	-12,2
Empresas Públicas não financeiras	10,8	19,3
Crédito ao Sector Privado	25,0	22,0
Instituições financeiras não monetárias	-85,0	0,0
Sector Externo		
Exportações de Bens e Serviços (variação em %)	9,4	6,5
Importações de Bens e Serviços (variação em %)	3,2	5,5
Balança Corrente em % do PIB	-11,7	-11,1
Reservas Internacionais Líquidas		
Reservas em meses de importações prospectivas	3,4	3,5
Rácio do Serviço da Dívida Externa Total 2	4,9	4,5
Stock da Dívida Externa Pública (em % do PIB)	44,7	40,9
Sector Fiscal (em % PIB)		
Receitas Totais	29,7	29,5
Receitas correntes	24,6	24,2
Despesas Totais	30,7	33,0
Despesas correntes	19,4	20,1
Despesas de investimento	11,1	11,7
Saldo Primário	-4,4	-7,3
Saldo global incluindo donativos	-0,9	-3,6
Saldo global excluindo donativos	-6,0	-8,7
PIB a preços correntes (milhões de escudos)	128.110,0	143.118,8

Fonte: Ministério das Finanças, Banco de Cabo Verde, INE
 1 Taxa de variação média anual
 2 Em percentagem da exportações de bens e serviços

SÍNTESE DA ACTIVIDADE

2.1.- Posição no Sistema Bancário

Em 2008, o Banco Interatlântico registou uma evolução positiva dos seus principais indicadores, continuando assim o seu processo de desenvolvimento e de afirmação no sistema bancário caboverdeano.

Em termos globais, o Banco cresceu acima do mercado, tanto no crédito, como nos depósitos, reforçando assim ligeiramente a sua quota de mercado.

A nível da quota de Mercado nos Depósitos Totais registou-se um aumento de 0,65 p.p., passando de 12,44% para 13,09%.

Mil CVE				
	Depósitos Totais		Variação	
	2007	2008	Valor	%
Sistema	90.168.625	97.488.693	7.320.068	8,12%
BI	11.213.299	12.758.167	1.544.868	13,78%
Quota BI	12,44%	13,09%		

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do banco passou de 11,69% para 11,97%, evidenciando um ganho de 0,28 p.p.

Mil CVE				
	Crédito Bruto		Variação	
	2007	2008	Valor	%
Sistema	69.791.081	82.520.172	12.729.090	18,24%
BI crédito	5.821.412	8.493.920	2.672.508	45,91%
BI Títulos	2.339.601	1.385.861	-953.740	-40,77%
BI Total	8.161.013	9.879.781	1.718.768	21,06%
Quota BI	11,69%	11,97%		

Considerando apenas o segmento de empresas, que é o alvo preferencial do Banco Interatlântico, a quota de mercado situa-se em 23% nos depósitos e em 17% no que concerne ao crédito.

2.2.- ACTIVIDADE COMERCIAL

2.2.1.- Recursos

Os recursos cresceram 14%, assinalando-se o crescimento de 27% nos depósitos de clientes, destacando-se aí os depósitos a prazo que cresceram 52%.

A rede comercial através de um esforço de segmentação e fidelização da clientela potenciou este resultado, que permitiu ao BI crescer em termos de quota de mercado.

A abertura de uma nova agência, Sal-Rei na Ilha da Boavista, bem como a actividade da Agência de Stª Maria (Ilha do Sal) que foi aberta no final de 2007, também contribuíram para o crescimento da actividade comercial verificada.

De realçar também a evolução do crescimento do número de clientes do BI, que aumentaram em mais de 4,5 mil (14%), havendo um crescimento de 458 clientes no segmento empresarial (22%) e de 4.048 no segmento de particulares (14%).

MIL CVE			
	Dezembro		%
	2007	2008	
Débitos para com Clientes	11.213.299	12.758.167	13,78%
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	9.126.025	11.560.472	26,68%
À ordem (1)	4.836.611	5.027.877	3,95%
Residentes	3.805.226	3.972.809	4,40%
não residentes	687.932	706.345	2,68%
Emigrantes	343.453	348.723	1,53%
À Prazo (2)	4.197.897	6.383.189	52,06%
Residentes	2.644.319	4.733.475	79,01%
Emigrantes	1.313.837	1.420.435	8,11%
não residentes	239.741	229.279	-4,36%
Poupança (3)	91.517	149.406	63,26%
Emigrantes	91.517	149.406	63,26%

A redução da captação de recursos através de IC, deve-se um valor elevado de liquidez que o BI dispôs ao longo do ano, em especial após a emissão de obrigações que foi realizada no 2º semestre do ano.

MIL CVE			
	Dezembro		%
	2007	2008	
Recursos de IC's	732.100	506.994	-30,75%
Do país	0	70	N/a
Do estrangeiro	732.100	506.925	-30,76%

2.2.2. - Concessão de crédito

Pese embora os constrangimentos macro-económicos, derivados da crise económica internacional e, no primeiro semestre do ano, dos elevados preços das matérias-primas e combustíveis, a procura de crédito manteve-se intensa ao longo do ano.

Os Créditos concedidos tiveram uma evolução de 46,90%, tendo os créditos na situação normal, que atingiram o valor de 7.791.196 contos, tido uma variação de +50,10% face ao Dezembro de 2007.

MIL CVE			
	Dezembro		%
	2007	2008	
Crédito Sobre Clientes (Bruto)	5.821.412	8.493.920	45,91%
Crédito em situação normal	5.190.740	7.791.196	50,10%
De curto prazo	160.781	295.961	84,08%
De médio e longo prazo	5.029.959	7.495.235	49,01%

Continuando o sector imobiliário e turístico residencial a ser o grande motor de crescimento da economia, compreende-se que aí se concentre a grande percentagem de crédito concedido.

Existe, no entanto, no BI uma estratégia no sentido de procurar diversificar os sectores financiados, reduzindo-se de 2007 para 2008 o peso do imobiliário na carteira.

Crédito à Empresas por Ramo de Actividades							
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Transporte	Outros Serviços	Total
2007	0	86.798	916.947	635.585	593.443	1.942.134	4.174.908
%	0,00%	2,08%	21,96%	15,22%	14,21%	46,52%	100,00%
2008	3.000	519.436	969.119	1.099.622	998.452	2.723.389	6.313.019
%	0,05%	8,23%	15,35%	17,42%	15,82%	43,14%	100,00%

O Saldo do Crédito sobre Clientes apresenta a seguinte distribuição:

Credito Bruto					
Descritivo	Credito		Descoberto	Cartão de Crédito	Total
	Normal	Vencido			
Particular (P)	1.621.165	438.654	6.977	52.776	2.119.572
Empresa (E)	6.066.166	264.070	37.685	6.427	6.374.349
Total Credito Bruto	7.687.331	702.724	44.662	59.203	8.493.920

Verifica-se assim que o Crédito a Particulares representa 24,95% do Crédito Bruto, enquanto o Crédito a Empresas representa 75,05%.

Os créditos em situação vencida atingiram os 702.724 contos, representando 8,7% do total dos créditos bruto. No seguimento de políticas de prudência já encetadas nos anos anteriores, as provisões acumuladas tiveram um acréscimo de 30,72%.

	Dezembro		%
	2007	2008	
Crédito e Juros Vencidos	630.672	702.724	11,42%
Capital	623.087	692.634	11,16%
Juros	0	0	#DIV/0!
Juros vencidos a regularizar	180	371	106,39%
Despesas de Crédito Vencido	7.404	9.718	31,25%
Provisões para Cob. Duv. e crédito vencido	357.819	467.727	30,72%
Para crédito interno de cobrança duvidosa	17.445	8.888	-49,05%
Para crédito interno vencido	340.374	458.839	34,80%

De realçar também que se procurou acompanhar a actividade creditícia com a procura de instrumentos mitigadores do risco de crédito.

Assim, o BI associou-se em 2008 ao Fundo GARI-Fonds de Garantie des Investissements Prives en Afrique de L'Ouest, entidade de direito Togolês, sediada em Lomé, que tem como accionistas principais a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a Secretaria de Estado da Economia da Suíça.

Tem assim o BI aprovada uma operação que é garantida em 50% pelo Fundo GARI (uma das duas aprovadas em Cabo Verde), permitindo uma partilha de riscos e uma redução dos Fundos Próprios afectos.

2.3.- OPERAÇÕES DE MERCADO

2.3.1.- Mercado Primário



Em Julho de 2008 o BI emitiu 100.000 (cem mil) obrigações subordinadas, de valor nominal de 5.000 escudos caboverdeanos cada, perfazendo um montante de quinhentos milhões de escudos, com prazo de maturidade de 6 anos (Julho de 2008 a Julho de 2014).

A taxa de juros é variável e indexada à Euribor a 6 meses adicionada de um "spread" de 0,9%.

Tratou-se da primeira emissão de obrigações subordinadas colocadas na modalidade de subscrição pública em Cabo Verde, que resultou num sucesso de colocação com a procura a exceder duas vezes a oferta.

O Banco Interatlântico participou ainda, enquanto Banco colocador, nas duas outras operações de mercado primário realizadas em 2008, a do IFH e a da SOGEL.

2.3.2.- Carteira de Investimento e de negociação

A Carteira dos títulos de investimento registou uma diminuição de 953.740 contos em termos homólogos (-40,77%), em virtude de uma substancial redução do montante dos Bilhetes do Tesouro em carteira motivada por não serem aceites em leilão as taxas oferecidas pelo Banco, sendo as diversas emissões colocadas com preços bastante abaixo de outras aplicações de risco similar.

A venda de parte das obrigações da Electra também contribuiu para a redução da carteira.

Carteira de Títulos - Públicas	Dezembro		Variação	
	2007	2008	Valor	%
Bilhetes do Tesouro	673.820	14.360	-659.460	-97,9%
Obrigações do Tesouro	1.456.840	1.202.560	-254.280	-17,5%
Obrigações ELECTRA	208.941	168.941	-40.000	-19,1%
Total	2.339.601	1.385.861	-953.740	-40,8%

As Acções e Outros Títulos de Rendimento não apresentaram variações sensíveis, sendo de registar apenas a venda da participação na Enacol.

Títulos de Negociação	Dezembro		Variação	
	2007	2008	Valor	%
Obrigações TECNICAL	150.000	150.000	0	0,0%
Obrigações ASA	180.000	180.000	0	0,0%
Acções Soc. Caboverdeana Tabacos	10.133	10.133	0	0,0%
Acções ENACOL	25.762	0	-25.762	-100,0%
Total	365.896	340.133	-25.762	-7,0%

2.3.3.- Mercado Secundário

O Banco Interatlântico esteve durante o ano de 2008 bastante activo no mercado secundário de dívida pública, negociando valores expressivos, embora em menor valor do que em 2007, em especial nos Bilhetes do Tesouro que foram perdendo atractividade face às suas condições de remuneração.

	Dezembro		%
	2007	2008	
Titulos no Mercado Secundário	2.040.100	1.131.080	-44,56%
Bilhete de Tesouro	584.310	14.300	-97,55%
Obrigações de Tesouro	1.455.790	1.116.780	-23,29%

2.4.- PROMOÇÃO E MARKETING

Para estar mais próximo da classe empresarial e atento às oportunidades de negócios, o BI participou em feiras realizadas no País e no estrangeiro, nomeadamente a FIC – Feira Internacional de Cabo Verde, ocorrida na Cidade da Praia e na Feira Imobiliária – em Lisboa.

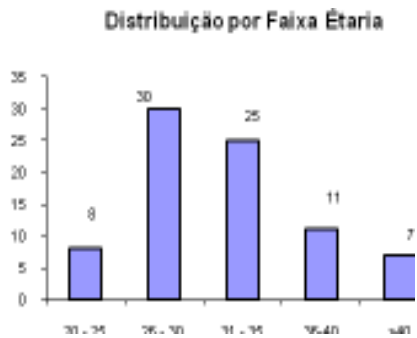
Na FIC houve a participação do BI nos encontros com empresários em colaboração com a Associação Industrial e Comercial do Sotavento.

3.- RECURSOS HUMANOS

No final do exercício de 2008, o Banco Interatlântico atingiu 82 efectivos, tendo havido 16 entradas e 7 saídas.

Dos totais dos 82 trabalhadores no activo, 53 são efectivos de quadro permanente e 29 com contrato a prazo.

A média de idade dos empregados é de 31 anos, sendo a maior concentração do pessoal na faixa etária dos 26 aos 30 anos (representa 37% do total dos empregados). De registar que apenas 9% do pessoal tem idade superior a 40 anos o que garante fortes potencialidade de melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



O efectivo feminino representa 60,98% do total e o Masculino 39,02%.

A nível de habilitações literárias e qualificações profissionais, 46,34% do quadro tem formação superior a nível de licenciatura.

GRAU DE ENSINO	Nº	%
Basico	3	3,66%
Secundário	31	37,80%
Bacharelato	10	12,20%
Licenciatura	38	46,34%
Total	82	100,00%

Em termos de distribuição por Área Funcional verifica-se a seguinte afectação dos recursos:

- 3 nos Serviços de Apoio (3%) ;
- 30 nos Serviços Centrais (37%) ;
- 49 na Área Comercial (60%).

Formação

A formação profissional contínua tem um papel fundamental no reforço das competências necessárias a um desempenho profissional de qualidade.

Neste sentido foram ministradas as seguintes acções de formação durante o ano de 2008:

- Mercados Cambial e Mercado Interbancários e Derivados de taxa de Juros – realizado pela Bolsa de Valores / InterMoney Portugal.
- Mercado Bolsista - realizado pela Bolsa de Valores / InterMoney Portugal.
- Avaliação Imobiliária – realizado pela Bolsa de Valores.
- Gestão de Activos - realizado pela Bolsa de Valores.
- Fraud e Chargeback - realizado pela SISP/VISA
- Swift – realizado pelo Banco de Cabo Verde
- Emissão e Gestão de Cartões - realizado pela SISP/VISA
- Auditoria Bancária – Instituto de Formação Bancário – Portugal
- Seminários de Marketing para Executivos realizado por ISCEE
- Compliance Officers - Estágio realizado na Caixa Geral de Depósitos
- Gestão Bancária – Instituto de Formação Bancário – Portugal

As acções de formação envolveram 19 funcionários (23% do efectivo) e praticamente todas as Direcções e Gabinetes do Banco.

Acresce que durante o ano de 2008 foram apoiados seis funcionários para a sua formação superior mediante a assumpção pelo BI de 25% do valor das propinas.

4.- RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco Interatlântico continuou em 2008 a apoiar diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG’s nos domínios de desporto, cultura, educação e da promoção social.

Assim o Banco aprovou, durante o ano transacto, 19 operações de donativos no montante de 3.439 contos e 31 patrocínios, no montante de 8.068 contos.

Na área cultural e Desportivo BI contribuiu para:

- Patrocínio-Batuque Futebol Clube
- 12ª Edição da Liga Africana Dos Clubes Campeões Clube Sporting da Praia
- Torneio Pré Olímpico - Federação Cabo-verdiana de Basquetebol
- Vitória Foot-Ball Club Praia - Participação no Campeonato Regional de Santiago Sul
- Associação Juvenil “Blak Black Panthers” - Infantil Mini Black
- Eco- Sports Service - São Silvestre em Natação - Tarrafal
- Renovação patrocínio - CCITPCV
- Festividades Nho S. Filipe - Ilha do Fogo
- Festival Gamboa 2008
- Festividades dias das Mulheres
- XXIV Festival Musica Baáa das Gatas 2008-Câmara Municipal S. Vicente
- XIX Festival de Praia Stª Maria 2008
- 19ª Edição do Festival da Praia d’ Cruz - 2008
- VII Festival das Mornas Boa Vista
- Festividades de Município CM Stª Catarina
- 1º Álbum Discográfico - Solange Rodrigues
- Participação de Tété Alinho na Womex
- Eventos - Grupo Jovens Talentos - Ilha da Brava
- Concurso “Jornalismo Financeiro” - Bolsa de Valores
- Projecto Literaturas Lusófonas - Do fim dos Impérios ao Nascimento das Nações

- Centro Cultural Português -Concerto Piano e Voz de Simone de Oliveira
- Instituto Superior Ciências Jurídica “ISCJS” - Propina para aluna da ISCJS ano 2007/2008
- Vídeo Documentário de Cabo Verde - Fresco Produções
- Projecto da Pargola a ser Construída na Casa das Bandeiras - Ilha do Fogo
- Elaboração Questionário Para Dissertação do Mestrado Finanças – Amândio Vicente
- Ano Internacional do Planeta Terra 2008 - Comité Caboverdiano para ano Internacional da Planeta Terra
- Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) - Organização da Assembleia Electiva
- Material Informático Ministério de Educação
- Dia Mundial Luta Contra Sida - Câmara Municipal da Boavista

Na esfera da solidariedade social o BI apoiou:

- O Lar da Terra Branca pertencente ao Rotary Clube da Praia, que recebe alunos carenciados das zonas rurais dos arredores da Praia;
- O projecto denominado “Operação Carinho” que tem como objectivo o acolhimento de criança de e na rua, no Mindelo;
- As crianças carenciadas da Freguesia de São João Baptista uma obra do Sr. Padre Custódio Campos;
- A Associação Cabo-verdiano de Deficientes;
- A Fundação Criança Cabo Verdiana;
- A Fundação Infância Feliz.
- Ordenação Adriano dos Reis
- Apoio Aldeias Infantil SOS
- Jardim Comunitário Infantil “Flor Vida”-Tira Chapéu
- Equipamento para Escola em S. Nicolau
- Equipamento Informático - Biblioteca Câmara Municipal Boavista
- Festividades 1º Maio ADCRBI
- Festividade Natal Associação BI - ADCRBI
- Festividades Natal - Centro Educativo Mira Flores
- Festividade Natal Hospital Santiago Norte
- Festividade Natal Câmara Municipal Praia
- Festividades Natal Associação para Desenvolvimento de Rui Vaz
- Festividades Natal - Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

ACÇÃO SOCIAL

Várias actividades em benefício dos trabalhadores e familiares foram também patrocinadas através da Associação Cultural e Desportiva do Banco Interatlântico, nomeadamente a organização da festa de Natal, com distribuição de prendas aos filhos dos empregados.

5.- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1.- Evolução do Balanço

O activo líquido ascendeu a 15,2 milhões de contos, o que representou um crescimento de 16% face ao ano transacto (mais 2,06 milhões de contos), para os quais contribuíram o aumento das disponibilidades no Banco Central e do Crédito Líquido sobre Clientes.

No lado do Passivo destaca-se o crescimento dos Depósitos de Clientes

Balanço a 31 de Dezembro

	Dezembro		Variação	
	2007	2008	%	Valor
ACTIVO	13.222.828	15.283.613	15,59%	2.060.785
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	933.695	2.017.518	116,08%	1.083.823
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	98.752	185.837	88,19%	87.085
Aplicações em Instituições de Crédito	3.204.780	2.295.251	-28,38%	-909.529
Crédito Líquido sobre Clientes	5.463.592	8.026.193	46,90%	2.562.601
Carteira de Títulos	2.339.601	1.385.861	-40,77%	-953.740
Acções e Outros Títulos Variáveis	365.896	340.133	-7,04%	-25.763
Participações	308.123	311.127	0,97%	3.004
Imobilizado Incorpóreo Líquido	72.334	65.435	-9,54%	-6.900
Imobilizado Corpóreo Líquido	156.110	179.745	15,14%	23.634
Imobilizado em curso	11.635	7.525	-35,32%	-4.109
Outros Activos	187.634	375.049	99,88%	187.415
Contas internas e de regularização	80.675	93.940	16,44%	13.265
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	13.222.828	15.283.613	15,59%	2.060.785
Recursos de Instituições de Crédito	732.100	506.994	-30,75%	-225.106
Depósitos de Clientes	9.126.025	11.560.472	26,68%	2.434.447
Títulos Mercado Secundário	2.040.100	1.131.080	-44,56%	-909.020
Outros recursos dos clientes	47.174	66.615	41,21%	19.441
Obrigações Emitidas	0	500.000	N/A	500.000
Outros Passivos	154.473	173.771	12,49%	19.298
Contas de regularização	191.643	279.971	46,09%	88.328
Provisões para Riscos e Encargos	17.076	18.992	11,22%	1.916
Capital Social	600.000	600.000	0,00%	0
Reservas	147.251	233.238	58,39%	85.987
Resultado Líquido do Exercício	166.987	212.480	27,24%	45.493

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os valores de Disponibilidades sobre o Banco de Cabo Verde reflectem a maior atractividade do mercado interno face ao mercado do euro na parte final do ano, o que ocasionou que as aplicações detidas pelo BI em euros e aplicadas na CGD, fossem sendo transferidas para o mercado interno e aplicadas em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM).

	Dezembro		%
	2007	2008	
Caixa e Disponibilidades	1.032.446	2.203.355	113,41%
Caixa	193.325	268.649	38,96%
Em moeda nacional	116.479	171.324	47,08%
Em divisas	76.846	97.326	26,65%
Disponibilidades sobre IC's no País	744.175	1.820.168	144,59%
Banco de Cabo Verde	740.370	1.748.869	136,22%
Outras Instituições dos Creditos	3.806	71.299	1773,54%
Disponibilidades sobre IC's no estrangeiro	94.946	114.538	20,63%

No quadro seguinte é evidenciada nas aplicações o mesmo movimento estratégico.

	Dezembro		%
	2007	2008	
Aplicações em IC's	3.204.780	2.295.251	-28,38%
No País	20.000	1.904.000	9420,00%
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	20.000	1.904.000	9420,00%
No Estrangeiro	3.184.780	391.251	-87,71%
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	3.184.780	391.251	-87,71%

Nas **Participações Financeiras**, continua a avultar a participação no BCA. De realçar a entrada no Fundo Gari como forma de beneficiar de condições mais vantajosas nas operações em que entra este Fundo, importante instrumento mitigador de risco como anteriormente referido.

	2007			2008			Variação
	Aquis.	Prov.	Total	Aquis.	Prov.	Total	
Participações Financeiras	205.653	205.653	205.653	205.653	205.653	205.653	0
BANCO COMERCIAL DO ATLANTICO	15.307	-1.880	13.427	15.307	-1.880	13.427	0
PROMOTORA	79.043		79.043	79.043		79.043	0
GARANTIA	10.000		10.000	10.000		10.000	0
SISP	0		0	1.681		1.681	1.681
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO GARI	0		0	1.323		1.323	1.323
PARTICIPAÇÃO VISA	0		0	0		0	0
Total	310.003	-1.880	308.123	313.007	-1.880	311.127	3.004

O **Imobilizado Líquido** cresceu 5,26%, devidos ao acréscimo no imobilizado corpóreo em 15,14%. Esse crescimento encontra justificação na substituição dos equipamentos informáticos e outros equipamentos necessários para a abertura da Agência da Boavista no início do 2º Semestre de 2008.

Mil CVE			
	Dezembro		
	2007	2008	%
Imobilizações Líquidas	308.123	311.127	0,97%
Imobilizações Financeiras	308.123	311.127	0,97%
Participações	310.003	313.007	0,97%
Provisões	1.880	1.880	0,00%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	72.334	65.435	-9,54%
Imobilizado Incorpóreo Bruto	276.161	293.752	6,37%
Despesas de Estabelecimento+Plurianuais	18.037	18.037	0,00%
Sistemas de Software	73.932	76.954	4,09%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	184.192	198.761	7,91%
Amortizações de Imobilizado Incorpóreo	203.827	228.318	12,02%
Imobilizado Corpóreo Líquido	156.110	179.745	15,14%
Imobilizado Corpóreo Bruto	355.375	403.840	13,64%
Imóveis de Serviço Próprio	72.972	72.973	0,00%
Mobiliário e Material	29.317	33.887	15,59%
Máquinas e Ferramentas	13.566	17.065	25,79%
Equipamento Informático	175.363	190.863	8,84%
Instalações Interiores	10.983	11.896	8,32%
Material de Transporte	28.675	49.522	72,70%
Equipamento de Segurança	7.407	7.663	3,45%
Outro Equipamento	16.399	19.208	17,12%
Património Artístico	536	606	13,05%
Outras Imobilizações Corpóreas	157	157	0,00%
Amortizações de Imobilizado corpóreo	199.265	224.095	12,46%
Imobilizações em curso	11.635	7.525	-35,32%

No Passivo, para além da rubrica de Depósitos e Obrigações Emitidas já anteriormente referidos, merecem realce os **Recursos de Outras Instituições de Crédito** que atingiu o montante de 506.994 contos, registando uma variação negativa de 30,75% em relação a Dezembro de 2007. Nesta rubrica está registada a Linha de Crédito de Curto Prazo contratada com Caixa Geral de Depósitos (CGD), a Linha de Crédito do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e a Linha de Crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Mil CVE			
	Dezembro		
	2007	2008	%
Recursos de IC's	732.100	506.994	-30,75%
Do país	0	70	N/a
Do estrangeiro	732.100	506.925	-30,76%

5.2.- Demonstração de Resultados

Mil CVE			
	Dezembro		
	2007	2008	%
Margem Financeira	451.411	526.375	16,61%
Margem Complementar	237.856	296.966	24,85%
Produto Bancário	689.267	823.341	19,45%
Custos Administrativos	303.583	381.504	25,67%
Cash-Flow de Exploração	385.684	441.837	14,56%
Amortizações e Provisões	174.860	204.794	17,12%
Resultado de Exploração	210.824	237.043	12,44%
Resultados Extraordinários	3.394	26.209	672,10%
Resultado Antes de Impostos	214.218	263.252	22,89%
Imposto	47.232	50.773	7,50%
Resultado Líquido	166.987	212.479	27,24%

O Resultado líquido elevou-se a 212.480 contos o que representa um crescimento, face a 2007, de 27,24%.

Os **Juros e Proveitos Equiparados** registaram um crescimento de 23,39%, o que representa 104,91% do Produto Bancário. Este crescimento deveu-se ao aumento dos juros dos créditos em 46,16% e dos juros dos títulos de negociação em 137,9%.

Mil CVE			
	Dezembro		
	2007	2008	%
Juros e Proveitos Equiparado	699.988	863.742	23,39%
Juros crédito concedido	421.334	615.832	46,16%
Descontos	2.279	6.171	170,75%
Créditos em conta corrente	77.376	172.063	122,37%
Descobertos	19.949	21.769	9,13%
Outros créditos	3.699	8.675	134,55%
Empréstimos	289.997	372.022	28,28%
Recuperação de juros vencidos	16.313	19.300	18,31%
Crédito ao pessoal	4.775	5.569	16,64%
De crédito interno vencido	6.947	10.264	47,75%
Juros de Aplicações em IC's	152.439	117.545	-22,89%
Juros de disponibilidades	3.161	4.417	39,76%
Juros de aplicações em IC's no país	13.147	23.630	79,74%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	136.132	89.498	-34,26%
Rendimentos de Títulos Variáveis	9.611	22.862	137,88%
Nacionais de rendimento fixo	9.611	22.862	137,88%
Rendimentos de Títulos	116.604	107.502	-7,81%
Nacionais de rendimento fixo	116.604	107.502	-7,81%

Os **Juros e Custos Equiparados** registaram um crescimento de 29,9%, representando 18,98% do Produto Bancário. Este crescimento deveu-se ao aumento dos juros dos depósitos a prazo em 37,5%; dos juros das obrigações emitidas em 2008 que atingiram o montante de 14.453 contos; dos juros dos recursos em Instituições no Estrangeiro em 25,8% e juros dos títulos em mercado secundário em 7,3%.

Quanto à **Margem Complementar** salienta-se o contributo de 18.650 contos de dividendos de 2008, referentes as participações em empresas do Grupo CGD (BCA e Garantia) e de Sociedade Caboverdeana de Tabacos, mais 60,14% (6.651 contos), do que no ano de 2007. Os resultados em operações financeiras tiveram um acréscimo de 88,9% e os outros proveitos foi de 19,2%. É de salientar que foram alienados as acções da Enacol que geraram uma mais-valia de 15.106 contos.

Assim a margem complementar cresceu 24,85%, ou seja mais 59.111 contos em relação ao ano anterior, tendo o seu peso na formação do Produto Bancário aumentado de 34,51% em 2007 para 36,07% em 2008.

Mil CVE			
	Dezembro		
	2007	2008	%
Margem Complementar	237.856	296.966	24,85%
Comissões recebidas	172.061	206.128	19,80%
Garantias e avales	21.366	17.890	-16,27%
Créditos documentários abertos	5.893	7.171	21,69%
Cobrança	1.004	1.356	35,11%
Por operações cambiais	39.643	51.224	29,21%
Por serviços bancários prestados	97.564	127.789	30,98%
Outros comissões	6.591	697	-89,42%
Rendimento participações	15.772	18.650	18,25%
Proveitos de Operações financeiras	43.052	189.898	341,09%
Em divisas	21.948	15.030	-31,52%
Notas e moedas estrangeiras	21.104	159.763	657,03%
Lucro em aplicações	0	15.106	#DIV/0!
Outros proveitos e lucros	47.498	54.985	15,76%
Proveitos de serviços diversos	38.688	48.037	24,16%
Reembolso de despesas	235	278	18,06%
Outras	8.574	6.670	-22,20%
Comissões suportadas	19.900	27.995	40,68%
Garantias e avales	8	3.003	36629,45%
Obrigações Emitidas	0	500	#DIV/0!
Por serviços bancários Terceiros	4.302	9.285	115,84%
Outras comissões	15.590	15.207	-2,46%
Outros Custos	1.711	396	-76,87%
Prejuízos em operações financeiras	18.915	144.305	662,90%
Em divisas	2.237	6.773	202,78%
Notas e moedas estrangeiras	16.679	137.533	724,61%
Total de Proveitos	278.382	469.662	68,71%
Total de Custos	40.527	172.696	326,13%
Margem Complementar	237.856	296.966	24,85%

Os **Custos Administrativos** aumentaram 25,67%, ou seja mais 77.921 contos face ao período homólogo, evolução justificada essencialmente pelo aumento dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (+28,02%).

De referir que os **Custos com o Pessoal** cresceram 20,11%, ou seja mais 25.304 contos face a 2007, devido sobretudo à abertura de uma nova agência e aumento de quadro de pessoal, para além do reajustamento salarial de 3%.

Mil CVE

	Dezembro		%
	2007	2008	
Gastos de Funcionamento	303.583	381.504	25,67%
Custos com pessoal	125.800	151.103	20,11%
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	30.188	28.907	-4,24%
Remuneração de empregados	62.085	77.842	25,38%
Remuneração adicionais	10.725	14.863	38,58%
Outras remunerações	780	780	0,00%
Encargos sociais obrigatórios	11.038	13.906	25,99%
Encargos sociais facultativos	540	135	-75,00%
Outros custos com pessoal	10.444	14.671	40,46%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	175.386	224.524	28,02%
Impostos	354	2.317	555,38%
Outros Custos	2.044	3.559	74,14%

As **amortizações** fixaram-se em 70.310 contos evidenciando um acréscimo de 21,33% (+12.363 contos), em relação ao fim do ano 2007. Este aumento significativo deveu-se principalmente à abertura das Agências de Stª Maria (aberta no final de 2007) e Boavista, substituição dos equipamentos, aquisição de máquinas ATM e novas viaturas

O saldo das **Provisões para Crédito Vencido e Outros Riscos**, com um total de 134.485 contos, cresceu 15,03%, (+17.571 contos). Este crescimento tem origem na necessidade de provisionar crédito em incumprimento e de manter a provisão em crédito reconvertido nos quais não foram liquidados a totalidade dos juros e despesas vencidas.

	Dezembro		%
	2007	2008	
Provisões Líquidas	116.913	134.485	15,03%
Constituição	538.884	549.001	1,88%
Para crédito vencido	480.786	547.085	13,79%
Para riscos gerais de crédito	54.757	0	-100,00%
Para riscos bancários gerais	3.342	1.916	-42,66%
De participadas	0	0	N/A
Reposições e Anulações Provisões	421.971	414.516	-1,77%
Para crédito vencido	301.925	414.516	37,29%
Para riscos gerais de crédito	118.376	0	-100,00%
Para riscos bancários gerais	1.670	0	-100,00%

Os **Resultados Extraordinários** apresentam um valor de 26.210 contos, o que representa 3,8% do Produto Bancário. Em relação ao período homólogo houve um acréscimo de 22.815 contos, com maior peso na recuperação dos créditos.

	Dezembro		%
	2007	2008	
Resultados extraordinários	3.394	26.210	672,12%
Ganhos extraordinários	17.002	39.968	135,08%
Recuperação de juros e despesas	15.143	24.505	61,82%
Mais Valia Reav. valores Imobilizados	39	5.907	15215,01%
Anulações de movimentos M/ES	0	23	#DIV/0!
Outros ganhos de exercícios anteriores	1.820	9.533	423,70%
Custos extraordinários	13.607	13.759	1,11%
Menos Valia Reav. valores Imobilizados	784	236	-69,87%
Perdas de exercícios anteriores	11.822	7.088	-40,04%
Outras perdas extraordinárias	1.002	6.434	542,17%

5.3.- Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 13%, claramente acima do mínimo legal exigido (10%).

Com efeito os Fundos Próprios, segundo o critério do BCV, fixaram-se em 1.339.268 contos, mais 499.955 contos que em igual período do ano findo. Para este facto contribuiu essencialmente a emissão das Obrigações Subordinadas e o Lucro do Exercício. O Capital Social manteve-se em 600.000 contos, valor igual ao registado em Dezembro no ano anterior.

Em relação aos outros rácios prudenciais o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

- Cobertura do Imobilizado: + 845.386 contos
- Cobertura das Responsabilidades
 - Exigíveis até 90 dias: + 2.301.917 contos
 - Exigíveis em prazo > 90 dias: + 3.179.422 contos
- Títulos da Dívida Pública: + 807.837 contos

<http://kiosk.incv.cv>

6.- PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO

Tendo em conta a política de capitalização do Banco Interatlântico e o resultado líquido do exercício de 2008, propõe-se a seguinte distribuição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- A distribuir pelos Accionistas, 21,2% (vinte e um virgula dois por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Distribuição de resultados 2008

	Distribuição	%
Lucro líquido	212.479.958,28	100,0%
Reserva Legal (10%)	21.247.995,83	10,0%
Outras Reservas	146.231.962,45	68,8%
A distribuir pelos accionistas	<u>45.000.000,00</u>	21,2%

Fundos próprios após distribuição

Capital Social	600.000.000,00
Reservas - Prémio de emissão	388.453,00
Reserva Legal	78.634.948,65
Resultados Transitados	<u>321.694.346,77</u>
Fundos Próprios	1.000.717.748,42

Nota: Em Assembleia-Geral do Banco Interatlântico, realizada no dia 30 de Março de 2009, foi aprovada a aplicação de resultados do exercício de 2008, nos termos propostos.

7.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício económico de 2008, foi positivo para o Banco Interatlântico e constituirá, seguramente, um marco importante no seu processo de desenvolvimento e de afirmação no sistema financeiro caboverdeano.

Os principais indicadores de desempenho e prudenciais do Banco registaram uma evolução positiva, apesar da conjuntura de crise internacional e duma concorrência cada vez mais agressiva a nível do "pricing", no mercado bancário nacional, o que demonstra a capacidade do Banco Interatlântico em enfrentar com êxito os desafios do mercado.

O Banco Interatlântico protagonizou com sucesso, através da Bolsa de Valores de Cabo Verde, a primeira emissão de Obrigações Subordinadas do País. O nível da procura, duas vezes superior à oferta, demonstra a confiança do mercado no Banco Interatlântico. Pela confiança demonstrada e pelo sucesso da operação apresentamos aos nossos obrigacionistas um especial agradecimento.

Os resultados atingidos, deveram-se à confiança dos nossos clientes, razão principal da nossa existência, que com as suas necessidades e exigências, contribuíram e contribuirão seguramente para o aperfeiçoamento contínuo da nossa oferta, através de ajustamentos, tanto a nível do organização e procedimentos, como a nível do alargamento da rede distribuição e da gama de produtos e serviços prestados. Aos nossos clientes os nossos sinceros agradecimentos.

Especial agradecimento vai ainda para as seguintes entidades:

Banco de Cabo Verde, pela sua função de supervisão e aperfeiçoamento do sistema financeiro caboverdeano;

Bolsa de Valores de Cabo Verde, pelo empenho e profissionalismo demonstrados aquando montagem da operação de emissão de Obrigações Subordinadas do Banco Interatlântico;

Accionistas, pela confiança depositada e o interesse demonstrado em apoiar e acompanhar as necessidades de desenvolvimento da Instituição.

Membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

Membros do Conselho da Administração cessante, pelos esforços consentidos para o reforço da posição do Banco no sistema bancário caboverdeano.

Trabalhadores e colaboradores do Banco Interatlântico, pelo empenho, dedicação, profissionalismo e esforços demonstrados ao longo do exercício de 2008 em prol do desenvolvimento e consolidação de Banco.

Praia, 9 de Março de 2009


 Fernando Marques Pereira


 Teófilo Figueiredo Almeida Silva


 Manuel Fernando Monteiro Pinto


 António Carlos Moreira Semedo


 Luís de Carvalho Machado

OC45A0E5-FEF2-487A-A8FD-7AAB3AE04415

ANEXOS

BALANÇO - COMPARAÇÃO DEZEMBRO 2008-2007

ATIVO	2007		2008		VALIAÇÃO 2008-2007	PASSIVO	2007		2008		VALIAÇÃO 2008-2007
	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO BRUTO	AMORTIZ. PROVISÃO	ATIVO LÍQUIDO			2007	2008	2007	2008	
1. Caixa e disponibilidades - Bancos Centrais	833.694.571	3.017.517.973		3.017.517.973	1.003.823.402	1. Debitos para com as instituições de crédito	11.213.286.617	12.756.186.665	1.542.899.266	-225.156.600	80,75%
3. Disponibilizações à vista e instituições de crédito	38.751.000	165.837.073		165.837.073	87.262.388	a) À vista	91.617.150	149.839.409	57.822.259	-19.029.048	-7,50%
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	3.204.760.116	2.296.251.184	0	2.296.251.184	-939.533.604	b) A prazo ou com prorrogação	9.024.207.708	11.411.265.829	2.379.558.125	151.149.824	3,20%
3. Outros créditos sobre clientes	6.483.586.972	8.405.919.376	467.737.252	8.038.182.144	2.562.949.670	2. Debitos para com clientes	4.137.896.328	6.283.193.400	2.145.297.072	52,00%	
4. Créditos sobre clientes					0	a) Depósitos de poupança	2.097.273.690	1.197.694.555	-899.579.115	-42,62%	
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.889.001.000	1.715.981.000		1.715.981.000	-953.740.000	b) Outros depósitos	0	0	0	0,00%	
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissões de	2.130.000.000	1.216.000.000	0	1.216.000.000	-913.740.000	c) À prazo	0	0	0	0,00%	
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emitentes	759.001.000	499.981.000	0	499.981.000	-40.000.000	d) Outros débitos	0	0	0	0,00%	
(Dos quais: Obrigações Próprias)		0		0	0	3. Debitos representados por títulos	0	0	0	0,00%	
6. Ações e outros títulos de rendimento variável	38.896.599	10.133.540	0	10.133.540	-25.763.059	4. Outros passivos	154.475.678	173.770.680	19.295.002	12,48%	
7. Participações	308.122.298	310.997.145	3.860.000	311.127.145	3.054.145	5. Contas de registo/aberto	191.843.628	279.970.913	88.127.285	45,98%	
8. Partes de capital em empresas coligadas					0	6. Provisões para riscos e emendas					
9. Investições incompletas	74.905.489	398.366.808	-228.317.510	62.049.008	-4.872.300	a) Provisões para perdas e encargos arbitrais					
10. Investições compradas	158.154.482	496.849.696	234.095.108	160.754.588	17.600.100	b) Outras provisões					
(Dos quais: Inscritas de serviço próprio)	46.902.879	72.972.099	28.868.904	44.103.195	-2.818.263	6A. Fundo para risco operacional geral	17.079.567	18.291.672	1.212.105	11,20%	
11. Capital subscrito não realizado					0	9. Capital subscrito	600.000.000	600.000.000	0	0,00%	
12. Ações próprias ou partes de capital próprias					0	11. Reservas	147.251.138	233.237.700	85.986.562	58,39%	
13. Outros ativos	187.833.772	376.048.152	0	376.048.152	187.414.380	12. Reservas de reservação					
15. Contas regulamentação	80.879.294	93.899.877	0	93.899.877	13.384.602	13. Resultados transferidos					
16. Prejuízo do exercício					0	14. Lucro do exercício	166.948.694	272.479.969	105.531.275	27,24%	
TOTAL DO ACTIVO	31.202.627.768	44.305.633.103	925.018.873	33.883.623.142	2.386.794.071	TOTAL DO PASSIVO	13.322.827.794	15.203.612.542	1.880.784.670	14,14%	

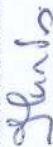
O Responsável da Contabilidade,
Glennio

A. Administrador,
Glennio

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - COMPARAÇÃO DEZEMBRO 2008-2007

A. CUSTOS	DÉBITO	VARIACÃO 2008-2007			CRÉDITO	VARIACÃO 2008-2007			
		2007	2008	2008-2007		2007	2008	2008-2007	
1. Juros e custos equiparados	248.577.493	337.367.053	88.789.560	36%	1. Juros e proventos equiparados	699.988.469	863.741.768	163.753.298	23%
2. Comissões	19.899.929	27.994.971	8.095.042	41%	Dos quais : (de títulos de rendimento fixo)	126.215.123	130.364.373	4.149.250	3%
3. Prejuízos em operações financeiras	18.915.454	144.305.433	125.389.979	663%	2. Rendimento de títulos	15.772.073	18.650.403	2.878.330	18%
4. Gastos gerais administrativos	301.185.651	375.627.598	74.441.947	25%	a) Rendimento de acções, quotas e de outros títulos variável	4.714.119	941.901	-3.772.218	-80%
a) Custos com pessoal	125.799.641	151.103.311	25.303.670	20%	b) Rendimento de participações	11.057.954	17.708.502	6.650.548	60%
Dos quais :					c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas				
(salários e vencimentos)	103.777.618	122.391.232	18.613.614	18%	3. Comissões	172.060.652	206.128.416	34.067.764	20%
(encargos sociais)	11.577.524	14.041.407	2.463.883	21%	4. Lucros em operações financeiras	43.051.695	189.898.406	146.846.711	341%
b) Outros gastos administrativos	175.386.010	224.524.287	49.138.277	28%	5. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a crédito e provisões p/ passivos eventuais	421.971.186	414.516.377	-7.454.809	-2%
5. Amortizações do exercício	57.947.012	70.309.738	12.362.726	21%	6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativos a mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas				
6. Outros custos de exploração	3.754.693	3.954.382	199.689	5%	7. Outros proventos de exploração	47.497.720	54.985.048	7.487.329	16%
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos	538.884.294	549.000.959	10.116.665	2%	8. Resultado da actividade corrente				
8. Provisões para imobilizações financeiras					9. Ganhos extraordinários	17.001.991	39.968.413	22.966.422	135%
10. Resultado da actividade corrente					11. Prejuízo de exercício				
11. Perdas extraordinárias	13.607.497	13.758.679	151.182	1%					
13. Imposto sobre lucros	47.231.508	50.772.613	3.541.105	7%					
14. Outros impostos	353.602	2.317.447	1.963.845	555%					
15. Lucro do exercício	166.986.654	212.479.958	45.493.305	27%					
TOTAL	1.417.343.785	1.787.888.831	370.545.046	26%	TOTAL	1.417.343.785	1.787.888.831	370.545.046	26%

O Responsável da Contabilidade,



A Administração,



**PARECER DO CONSELHO FISCAL
DO BANCO INTERATLÂNTICO**

Senhores Accionistas

No desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelo artigo trigésimo terceiro dos Estatutos do Banco Interatlântico o Conselho Fiscal acompanhou regularmente os actos de gestão mais relevantes, com análise mensal das demonstrações financeiras e evolução do negócio do Banco, tendo estado presente em algumas reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal emitiu, ainda, dois pareceres sobre os Relatórios sobre o Sistema de Controlo Interno do BI, elaborados pelo Conselho de Administração, que foram enviados às competentes autoridades de supervisão bancária, em Cabo Verde e em Portugal em virtude da obrigatoriedade de consolidação de contas na CGD.

No final do exercício de 2008 o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e o Relatório Anual apresentados pelo Conselho de Administração, procedeu às verificações que considerou necessárias e convenientes e apreciou o “Relatório do Auditor Externo” – Deloitte & Associados, SROC S.A., que autentica a veracidade conformidade plena das demonstrações financeiras do Banco Interatlântico, em todos os aspectos materialmente relevantes, bem como o resultado das operações e a origem e aplicação de fundos do exercício, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que, nos termos da alínea *d*) do artigo 33.º e para os efeitos da alínea *a*) do artigo 18.º dos Estatutos do Banco, a Assembleia-Geral:

Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Interatlântico.

Cidade da Praia, aos 30 Março de 2009.

O Presciente do Conselho Fiscal, *Manuel Barata da Silva*

Os Vagais do Conselho Fiscal, *João Higinio do Rosário Silva e José Carlos Ramos Cunha*

*

Deloitte

Deloitte & Associação, SROC S.A.
Inscrição na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 231
Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º
1050-094 Lisboa
Portugal

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2008 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em milhares de escudos de Cabo Verde – mCve)

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31

de Dezembro de 2008, que evidencia um total de mCve. 15.283.613 e capitais próprias de mCve. 1.045.718, incluindo um resultado líquido de mCve. 212.480, a Demonstração dos resultados por natureza e a demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 32).

Responsabilidade

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do banco, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procede foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentos de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízo e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticos adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo nesta data, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário (Nota 2).

Lisboa 11 de Março de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC SA

Representada por *João Carlos Henriques Gomes Ferreira*

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 360\$00